



António Jorge Santo Pinto

A Gulf Oil Corporation na guerra colonial: estratégia para a permanência em Angola

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Gulf Oil Corporation na guerra colonial: estratégia para a permanência em Angola

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A Gulf Oil Corporation na guerra colonial: estratégia para a permanência em Angola
Autor/a	António Jorge Santo Pinto
Orientador/a	Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão
Júri	Presidente: Doutor António Resende de Oliveira Vogais: 1. Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido 2. Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Contemporânea
Data da defesa	31-10-2014
Classificação	18 valores

Resumo

O tema em questão, nesta tese de Mestrado, é o apoio da Gulf Oil Corporation a Portugal durante a guerra colonial, em Angola. A petrolífera celebrou, em 1957, com o governo português o primeiro contrato de concessão para pesquisa e exploração de petróleo em Cabinda. Com o início da guerra colonial em Angola, em 1961, a Gulf teve de suspender os trabalhos em Cabinda, quando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) controlou essa região. No entanto, poucos meses depois, em 1962, Portugal recuperou Cabinda e reforçou a segurança. Assim a petrolífera pôde voltar a desenvolver os trabalhos. Esse foi o início da colaboração entre as duas partes. Em 1966, a Gulf descobriu petróleo em Cabinda e, nesse mesmo ano, renovou o contrato de concessão com o governo português. Nessa altura, Portugal travava três guerras em simultâneo, o que exigia um grande esforço financeiro. Desse ano em diante, a cada renovação figuraram nos contratos cláusulas requerendo o pagamento de avultados montantes, não encontrados em outros vínculos assinados durante o período da guerra colonial em Angola.

Palavras-chave: Portugal, Gulf Oil Corporation, Angola, petróleo, guerra colonial

Abstract

The issue at hand in this Master's thesis is the assistance of Gulf Oil Corporation to Portugal during the colonial war in Angola. In 1957, was signed the first concession contract for research and exploitation of oil in Cabinda between Gulf and the Portuguese government. With the beginning of the colonial war in Angola in 1961, the Gulf had to suspend their work in Cabinda, when Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) controlled this region. However, few months later, in 1962, Portugal regained Cabinda and tightened security, so the oil corporation could further develop the work. That was the beginning of the collaboration between the two parties. In 1966, Gulf discovered oil in Cabinda and in the same year renewed the concession agreement with the Portuguese government. At that time, Portugal was fighting three wars simultaneously, which required a great financial effort. From that year onwards, in each renewal contracts figured clauses requiring the payment of large sums of money, not found in others contracts signed during the colonial war in Angola.

Keywords: Portugal, Gulf Oil Corporation, Angola, oil, colonial war

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar para o meu orientador, Doutor Rui Cascão, que aceitou prontamente o meu pedido para orientar este trabalho, acompanhando todas as fases, sempre com sugestões pertinentes quando eu tinha dúvidas sobre qual a melhor opção a ser tomada.

Não posso deixar de agradecer à Doutora Ana Cristina de Araújo por me ter indicado a fonte documental existente no Centro de Documentação 25 de Abril sobre este tema, e por se ter disponibilizado desde início a ajudar-me em tudo o que precisasse.

O meu trabalho de investigação foi em muito facilitado devido ao fantástico auxílio dos funcionários tanto do Centro de Documentação 25 de Abril como da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A todos um sincero bem-haja.

Quero também agradecer aos meus amigos que me apoiaram de várias maneiras durante a elaboração deste trabalho: Diogo Cancela, Ruben Ferreira, Marcos Branco, Daniel dos Reis Nunes, Liliana Santos, Vítor Batista, Cândida Marinha, Filipe Henriques, André Gonçalves, André Coelho, João Nuno, Duarte Rodrigo, André Alves, Margarida, Tatiana, Lorrany, Fabiano. Agradeço-te também Tânia pelo ânimo e por compreenderes a minha falta de tempo durante o último ano.

O meu último agradecimento vai para a minha família, por me ter dado condições e me ter apoiado incondicionalmente durante este meu (ou como diz a minha mãe, este “nosso”) percurso. Espero um dia conseguir fazer por vocês metade do que fizeram por mim. Obrigado Mãe, Júnior, Anita, Wilson, José Rui, Tânia Bauque, Sofia, Ioannis, Domingos e Eloisa.

Em memória do meu avô António Santo

Índice

Introdução.....	1
1. Relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos (1945-1974).....	4
1.1. Guerra fria e a necessidade de recuperar a Europa	6
1.2. Plano Marshall	7
1.2.1. O caso português: do entusiasmo à preocupação	8
1.2.2. A mudança de Portugal em relação ao auxílio americano	10
1.2.3. Negócios luso-americanos	13
1.2.4. Assistência Técnica e Produtividade (AT&P).....	14
1.2.5. AT&P em Portugal.....	15
1.3. Portugal e a NATO.....	16
1.3.1. O caso espanhol	18
1.4. Ano de 1961: deterioração da relação luso-americana	19
1.4.1. Resoluções contra Portugal na ONU	19
1.4.2. Pressões internas, mudanças externas.....	23
1.5. Presidência de Richard Nixon.....	25
2. Influência dos Estados Unidos no petróleo mundial	30
2.1. Os americanos e o petróleo na Venezuela	34
2.2. Gulf Oil Corporation	40
2.3. Nacionalizações na Bolívia.....	41
2.3.1. Nacionalização da Bolivian Oil Company.....	42
2.4. Afirmação dos países produtores de petróleo	45
2.4.1. Criação da OPEP	47
3. Prospeção de petróleo no território português	48
3.1. Petróleo em Angola	49
3.1.1. Cabinda Gulf Oil Company	51
3.2. Gulf em Angola.....	53
3.2.1. Como operava.....	53
3.2.2. Colaboração entre a Gulf e Portugal	55
3.2.3. Retribuição da ajuda.....	57
3.3. Razões para manter as províncias africanas	59
3.4. Protestos contra as operações da Gulf em Angola	61
3.4.1. Defesa da Gulf.....	65

3.5. Gulf e Estados Unidos: políticas díspares em relação a Portugal	68
Conclusão	72
Fontes e Bibliografia	76

Introdução

Durante e principalmente no final da segunda guerra mundial, a base das Lajes ganhou uma enorme importância geoestratégica para os Estados Unidos, levando Washington e Lisboa a fomentarem uma relação inexistente até ao início desse conflito. Num mundo dividido entre duas potências, a União Soviética e os Estados Unidos, viveram o clima de guerra fria, com os americanos a influenciarem o Ocidente e a URSS a controlar o Leste da Europa. A ligação entre Portugal e os Estados Unidos solucionava alguns problemas prementes de cada um. A base dos Açores, por ser o primeiro ponto de apoio no Atlântico Norte entre a América do Norte e a Europa, era importante para Washington; quanto a Portugal, a relevância da relação entre os dois países permitiria sobreviver entre as vitoriosas democracias e continuar com as colónias.

Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). O artigo 73.º da Carta das Nações Unidas impulsionou, desde 1946 a 1961, à independência de cerca de quarenta países. A União Soviética apoiou as nações de África e Ásia nas suas intenções de autodeterminação, aumentando assim a sua esfera de influência. Os Estados Unidos mantiveram uma visão “eurocêntrica” de África, até à chegada de John Kennedy à presidência. Como tal, não era apenas no conflito armado que os países comunistas e o bloco afro-asiático lutavam contra o colonialismo, dentro da ONU também o faziam. Portugal desde a sua entrada, em 1955, foi alvo de várias resoluções condenando a sua política colonial, porém, conseguiu resistir devido ao apoio dos países ocidentais. O envolvimento de Portugal em organismos internacionais foi outra solução encontrada para manter as colónias, mesmo com o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, temendo que essa fosse uma via para o neocolonialismo dos Estados Unidos na África portuguesa. Posto isto, o governo português vetou, sempre que possível, o investimento americano nas colónias. A exceção à regra foi a Gulf Oil Corporation, conseguindo, em 1948, a concessão para a pesquisa e exploração de petróleo em Moçambique.

Ao longo do século XX o petróleo foi ganhando cada vez mais importância, tornando-se na maior fonte de energia do mundo. A indústria petrolífera era considerada uma “invenção” americana. A partir da década de 1920, as companhias americanas começaram a explorar petróleo em outros países, nomeadamente na América do Sul. A Venezuela foi um dos casos de sucesso, expandindo-se nessa década e nas seguintes

para outros pontos do mundo. Por controlarem todas as fases de exploração de petróleo, desde a extração, à refinação, até à sua comercialização, as petrolíferas possuíam o controlo da indústria mundial de petróleo. Aproveitaram não só as fragilidades económicas dos países onde atuavam como a corrupção dos seus governos, na maioria ditaduras, para pagarem pequenas percentagens dos rendimentos provenientes da exploração petrolífera. A conivência entre as sete maiores petrolíferas mundiais, aliada ao apoio dos Estados Unidos, de onde provinham cinco dessas companhias, eram os fatores através dos quais impunham o seu monopólio. Inicialmente, uma das formas encontradas pelos países produtores para conseguirem lucrar e controlar o seu petróleo foi nacionalizando-o. No entanto, não conseguiam levar as suas intenções avante devido à pressão das petrolíferas e do governo americano como também pela dependência económica dessa indústria fazendo com que não tivessem capacidade financeira para investir na continuação da produção. As petrolíferas conseguiram assim criar uma espécie de neocolonialismo, do qual aproveitavam os recursos naturais dos países produtores e em troca pagavam *royalties* baixas em comparação com o rendimento.

A forma autoritária como as petrolíferas agiam perante governos democráticos que ameaçavam nacionalizar as suas concessões era bem diferente da relação entre as companhias e regimes ditatoriais, os quais, na maior parte dos casos, garantiam a total segurança dos seus investimentos. A análise da maneira como as companhias atuavam nos países estrangeiros e, principalmente, quais os métodos acionados em situações de ameaça às suas concessões são objeto de estudo nesta investigação científica.

O modo como a Gulf “sobreviveu” à guerra colonial, desenvolvendo a sua atividade sem grande interferência, é o tema desta dissertação de mestrado. A cooperação entre o governo português e a petrolífera é um assunto pouco esmiuçado na historiografia portuguesa, o que não deixa de ser estranho pela forma direta como colaborou e pela influência que essas empresas exerciam nos corredores de Washington, ao ponto de terem relações próximas com Presidentes dos Estados Unidos, como foi o caso de Richard Nixon. A proximidade entre os dirigentes da petrolífera e Nixon culminou no financiamento para a campanha da sua reeleição em 1972. Durante o seu primeiro mandato, conseguiu novas concessões na África portuguesa para empresas americanas e estabeleceu uma ligação de cooperação com o governo português. Washington considerou as colónias portuguesas como um assunto interno e Lisboa renovou o contrato da Base das Lajes, suspenso desde 1962.

Decidi abordar este tema porque, ao procurar informação, apercebi-me que esta era uma lacuna presente na historiografia portuguesa, estando diretamente relacionado com a História Contemporânea, o contributo financeiro por parte da petrolífera foi importante, devido ao contexto daquela época em que Portugal travava três guerras em simultâneo, para manter um império colonial anacrónico, concretizando os desejos tanto do governo português como dos dirigentes da Gulf.

1. Relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos (1945-1974)

As relações diplomáticas entre Washington e Lisboa só ganharam relevância após o final da 2.^a Guerra Mundial. Ao Governo americano, Portugal pouco interessava. Os portugueses tinham uma ideia muito genérica da realidade americana, baseada no que lhes era transmitido “por filmes e pelas notícias dos jornais sobre milionários, *gangsters*, escândalos das estrelas de cinema e etc.”¹. O Governo português resistiu sempre que possível a compromissos diretos com os Estados Unidos, privilegiando as relações económicas com a Inglaterra, por duas razões: a Inglaterra servia como intermediário do relacionamento luso-americano, e o sentimento antiamericano do Presidente do Conselho. No entanto, a 2.^a Guerra Mundial estreitou as relações entre os dois países. Portugal teve a consciência da alteração da situação no Atlântico, o poder passou em larga medida para os EUA, retirando muita da anterior eficácia da aliança inglesa. A solução da carência de um país era encontrada no outro: os americanos precisavam dos portugueses pela importância da base das Lajes, e os portugueses necessitavam do apoio dos americanos para sobreviverem ao colapso das ditaduras do pós-guerra.

Finda a guerra emergiram duas potências: os Estados Unidos e a URSS. Pedia-se aos países do ocidente do Velho Continente que optassem por qual dos modelos a seguir, se o soviético se o americano. No entanto, na opinião do Presidente do Conselho português, a Europa não tinha obrigatoriamente que escolher qual lado apoiar, por esta ter condições para continuar a ser um ator político internacional participativo e com a sua própria voz. Possuía “meios materiais que repousavam em África, nos impérios coloniais, e condições morais, reservas de energia que [podiam] ser despertadas”². Oliveira Salazar não via com bons olhos a política americana e menos ainda a comunista. No entanto, a força das circunstâncias forçaram-no a ter de escolher um dos lados.

Durante o Governo tanto de Harry Truman (1945-1953) como de Dwight Eisenhower (1953-1961), a relação diplomática entre os Estados Unidos e Portugal foi

¹ Office of Strategic Services Report 1942. Subject: “Aspects of Contemporary Portugal”. SECRET. National Archives (Washington DC), Apud ANTUNES, José Feire, *Os americanos em Portugal: Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 22.

² ROSAS, Fernando (coord.), *História de Portugal (O Estado Novo)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993-1994, p. 400.

distante, porém, cordial. Com a participação americana na 2.^a Guerra Mundial, o Governo de Salazar – até então sem merecer grande atenção por parte de Washington – ganhou relevância devido à base das Lajes gozar de elevada importância geoestratégica. No final da guerra, a base aérea dos Açores continuou a ser essencial para os Estados Unidos em virtude da ameaça comunista.

Esse fator foi um importante auxílio para o regime de Salazar. Com a vitória das democracias, Portugal deparou-se com o desafio político de conseguir manter a sua ditadura. Para tal, confiou na Velha Aliança inglesa e na ligação criada com os Estados Unidos por intermédio da base das Lajes. O Presidente do Conselho procurou legitimar o regime imposto no país com o argumento de a ditadura ter trazido a paz e a ordem que não existiram durante os anos de democracia: “se a democracia pode ter, além do seu significado prático, significado social, então os verdadeiros democratas somos nós”³. Como consequência da agitação interna do país, Portugal teve a necessidade de se integrar na nova ordem internacional e na esfera americana. Assim, pela mão dos Estados Unidos, Portugal, durante a presidência de Harry Truman, integrou o ERP e a NATO; já sob administração de Dwight Eisenhower, conseguiu, finalmente, ser aceite como membro da ONU. Em 1960, no final do seu mandato, Eisenhower recebeu na Casa Branca o embaixador em Lisboa, C. Burke Elbrick, e num diálogo sobre Portugal e o ultramar, o Presidente classificou a ditadura portuguesa como necessária “em países cujas instituições políticas não são tão avançadas como as nossas”⁴. Nesse mesmo ano foi eleito como Presidente John Fitzgerald Kennedy. O sucessor de Eisenhower defendia a autodeterminação dos povos. A política externa americana, que até então tinha assumido uma posição neutral em relação a esse assunto, alterou-se e apoiou os movimentos de libertação desses países. Por conseguinte, a relação luso-americana, que durante as administrações de Truman e Eisenhower, gozou de uma ligação pacífica e cordial, modificou-se durante o ano de 1961: os votos favoráveis por parte dos Estados Unidos, nas resoluções contra Portugal, debatidas na ONU, foram o reflexo dessa situação.

³ Idem, *Ibidem*, p.375.

⁴ White House Memorandum of Conversation with the President. Others presente: Ambassador C. Burke Elbrick and Colonel Eisenhower. November 8, 1960. Subject: “Portugal”. SECRET. Dwight D. Eisenhower Library (Albilene, Kansas), *Apud* ANTUNES, José Freire, *Ob. Cit.*, p. 20.

1.1. Guerra fria e a necessidade de recuperar a Europa

No pós-guerra, a Europa estava extremamente debilitada, pois os países vencedores debatiam-se com problemas tão graves quanto os vencidos. A União Soviética tinha consciência da difícil situação vivida pela França, Reino Unido e Alemanha. Também entendia que era o único poder expressivo no continente europeu, não se revia no sistema edificado pelos Estados Unidos e possuía a irresistível tentação de ocupar o vazio de poder no Velho Continente, conseguindo assim garantir a sua segurança e a formação do seu próprio sistema.

Em 5 de março de 1945, o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, usou a metáfora da Cortina de Ferro⁵, para chamar a atenção sobre o facto de o Ocidente não ter qualquer tipo de informação acerca do que estava a acontecer no Leste. Os atos posteriores de Estaline confirmaram o receio de Churchill. A URSS, em novembro de 1947, criou o Kominform, promoveu partidos comunistas, e estes conseguiram extinguir os partidos da oposição, como foi o caso de, entre outros, a Polónia e a Hungria. Este processo conduziu “à organização dos países da Europa central e de leste em democracias populares sob controlo soviético”⁶. No ano seguinte, o ocidente começou a encarar a URSS como um inimigo a ter em conta, e pairou a possibilidade do avanço militar soviético para o oeste europeu.

A URSS saiu da 2.^a Guerra Mundial com uma economia desequilibrada e que produzia menos do que em 1939, perdeu cerca de um terço da população ativa masculina e tinha amplas zonas destruídas; a nível militar tinha forças armadas orientadas quase exclusivamente para a guerra terrestre. O Governo russo tinha consciência das debilidades da sua economia e de que, num sistema aberto, onde prevaleciam as regras de mercado, não podia competir. Por forma a fazer face a essa situação, a estratégia da URSS passou por criar “uma área de influência própria, fechada

⁵Cf. ANTUNES, José Feire, *Ob. Cit.*, p. 26.

⁶ SILVA, António Martins da, *História da unificação europeia: a integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 23.

ao exterior, afastada do sistema mundial e das regras da economia internacional que os EUA [criavam] e [aplicavam] nas outras áreas”⁷.

Todavia, a ameaça comunista não provinha apenas do leste europeu. No interior das instituições democráticas do ocidente também existiam poderosos perigos, mais particularmente, o Partido Comunista Francês (PCF), por dominar um influente sindicato (CGT), e o Partido Comunista Italiano que dispunha de um grande peso eleitoral e participava no governo. “O cerco comunista à Europa do oeste era, não só externo como interno”⁸. Os americanos tinham consciência de que a estagnação económica e a miséria social da Europa era um dos pontos fortes para a legitimação do discurso ideológico comunista.

Por conseguinte, os Estados Unidos entenderam a necessidade de recuperar a economia europeia para impedir a expansão comunista. Para tal, era indispensável a criação de um programa de auxílio político e económico que levasse à unificação da Europa, estruturada e coesa. Este plano tinha ainda a vantagem de aliviar a superprodução da indústria americana. Assim nasceu o European Recovery Program (mais conhecido por Plano Marshall), com o objetivo de auxiliar economicamente a Europa, e a North Atlantic Treaty Organization⁹ (NATO), que assegurava a colaboração militar e a obrigação de socorro mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros.

1.2. Plano Marshall

Em 5 de junho de 1947, pela voz do secretário de Estado dos EUA, general George Marshall, foi anunciada a intenção americana de ajudar todos os países arruinados pela II Guerra Mundial na sua obra de recuperação económica. Após este

⁷ TELO, José António, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edição Cosmos, 1996, p.29.

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁹ O tratado que o fundou foi assinado em 4 de Abril de 1949, por doze países (Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Islândia, Noruega e Portugal).

discurso, a França e a Grã-Bretanha uniram esforços e assumiram a liderança dos acontecimentos. Começaram por convocar a URSS para uma Conferência Tripartida, que teve lugar em Paris, entre os dias 27 de junho e 2 de julho, com os países a fazerem-se representar pelos seus ministros dos Negócios Estrangeiros. Contudo, este primeiro esforço franco-britânico embateu na intransigência soviética de apenas participar na elaboração de qualquer plano mediante a confirmação de que os Estados Unidos iriam apoiar o projeto, e resultou no abandono da Conferência pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Vyacheslav Molotov.

Apesar do insucesso desta primeira iniciativa, os ministros inglês e francês não baixaram os braços e prosseguiram esforços rumo ao seu propósito, enviaram um convite aos restantes países europeus, exceto a Espanha, para a realização de um programa que reconstruísse e recuperasse a economia europeia, como foi sugerido pelo general Marshall. Esta proposta foi aceite apenas pelos países da Europa Ocidental e pela Checoslováquia, exibindo assim uma cisão entre o leste e o oeste. A conferência realizou-se em 12 de julho, em Paris, e reuniu 16 nações¹⁰.

1.2.1. O caso português: do entusiasmo à preocupação

Portugal foi um dos vinte e dois países convidados a participar na 1.^a Conferência de Paris e rapidamente aceitou o convite, sendo o segundo a responder. Tomada esta decisão, o governo português definiu a delegação que iria representar Portugal na Conferência de Paris: “o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta, o Ministro de Portugal em Paris, Augusto de Castro, o Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria, José Augusto Correia de Barros, e o Director Geral dos Negócios Económicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Luís Esteves Fernandes”¹¹.

O entusiasmo revelado por Portugal foi-se desvanecendo com o desenrolar dos trabalhos: “a manifestação de vontade em ver-se devidamente representado nas comissões criadas no seio da conferência, [foram] rapidamente contrariadas pela

¹⁰ Para mais informações sobre este tema, consultar: Rollo, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 96-106.

¹¹ ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 127.

evidente relutância e falta de empenho por parte dos responsáveis políticos portugueses em proporcionarem os meios indispensáveis à boa prossecução dos trabalhos”¹². Esse comportamento pode ser explicado por três motivos: i) a insatisfação relativamente à representação alcançada nas comissões técnicas, em que Portugal foi designado para a Comissão dos Transportes, quando o seu desejo era ter assento na Comissão de Abastecimento e Agricultura, a qual concentrava o maior interesse da sua economia; ii) o seu ceticismo e desconfiança quanto ao êxito da conferência de Paris; iii) por ver gorada a sua intenção de conseguir obter utensilagem industrial e exportar os seus produtos, devido à opção da Comissão de Cooperação Económica Europeia (CCEE) de tornar os acordos bilaterais em multilaterais, garantindo assim um mercado interno sem estraves, e facilitar a convertibilidade das moedas nos pagamentos.

Todavia, um dos fatores consequentes de maior receio dentro do Governo português era a evolução europeia para o modelo federativo, à imagem dos Estados Unidos. O ERP propunha um programa europeu, e não um complemento aos programas nacionais. Isto levou a Europa a ser considerada como uma entidade com uma gestão assente numa organização europeia estruturada, criando a ideia de *Estados Unidos da Europa*. Os americanos encaravam esta ideia com bons olhos, por pretenderem implementar no Velho Continente um modelo análogo ao seu, o modelo supranacional. Por sua vez, o Presidente do Conselho rejeitava a ideia de Portugal participar numa organização de interesses em quadros acima das nações, pois dessa forma sentia o projeto português, de um Portugal pluricontinental, ameaçado “por dois motivos: porque poderia pôr em causa a independência económica de Portugal; e porque a intenção de uma evolução para uma solução federativa na Europa colocaria as colónias portuguesas como um recurso comum, retirando a Portugal, a prerrogativa de ali exercer em exclusivo a sua soberania. Isto é, o Plano [Marshall] continha uma dupla ameaça política. Tornar a economia nacional dependente do dólar era uma diminuição política. Partilhar a soberania era outra”¹³.

O modelo que respeitava os desígnios portugueses era o intergovernamental, segundo o método de um Estado/um voto. Porém, o Governo de Lisboa sentia a

¹² AMNE, 2.º Piso, M53, A39, proc. 41 2, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Parecer de 12 de agosto de 1947, «Acordos bilaterais e multilaterais», *Apud*, ROLLO, Fernanda, “Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)”, *Análise Social*, vol. XXIX, 1994, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377809U6sZF1oa6Pr69UQ4.pdf>, p. 4.

¹³ CASTRO, Francisco, “Do Plano Marshall ao Acordo com a CEE: face ao mar, costas à terra”, in Martins, Fernando (ed.), *Diplomacia e Guerra: política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Lisboa, Edições Colibri/ Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2001, p. 166.

necessidade de participar em organizações junto aos países ocidentais e assim conseguir “validar” tanto as suas colónias como o regime imposto por Salazar. Manteve-se, portanto, no ERP.

O governo português mostrou sempre grande receio quanto à opção da alteração dos acordos bilaterais para multilaterais, dado que a sua economia era bastante vulnerável e essa transformação dos acordos poderia prejudicar bastante o comércio externo português, tal como foi indicado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta, à delegação portuguesa na CCEE: “a principal exportação portuguesa é constituída por um reduzido número de produtos de um interesse limitado” e, por isso, “não parece de aconselhar acordos multilaterais, sobretudo no momento em que os diferentes países sofrem crises graves nas suas economias e não esboçaram ainda as directrizes da política internacional a seguir neste após-guerra”¹⁴. A defesa da posição portuguesa assentava na ideia de poder controlar melhor os acordos bilaterais em comparação com os multilaterais, onde mais facilmente poderia ver-se submergido. Os meses seguintes deram razão às previsões do Ministro dos Negócios Estrangeiros, pois Portugal passou de uma balança de pagamentos positiva em 1946 para um saldo negativo nos anos seguintes, o que levou a uma situação económica e financeira bastante difícil.

1.2.2. A mudança de Portugal em relação ao auxílio americano

Durante o mês de junho de 1947, mais especificamente nos dias 9 e 23, respetivamente, Caeiro da Mata divulgou os planos lusos em relação ao auxílio americano. Em 9 de junho, enviou um telegrama à delegação portuguesa em Paris no qual deu a indicação acerca da posição portuguesa relativamente ao auxílio americano: “Portugal não pensa carecer de créditos”¹⁵. Esta diretriz foi revelada pelo próprio numa entrevista à imprensa estrangeira e repercutida no final do mês de junho pelo *Diário de Notícias*.

¹⁴ ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall...*, p. 8.

¹⁵ AMNE, 2.º piso, M 53, Proc. 41,2, telegrama n.º 182, 9 de junho de 1947, do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Legação de Portugal em Paris, *Apud*, ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall...*, p. 130.

Por fim, em 22 de setembro, no discurso de encerramento dos trabalhos da Conferência de Paris, após a assinatura do relatório geral pelos delegados das dezasseis nações, Caeiro da Matta começou por destacar “o carácter favorável da situação económica e financeira portuguesa” e, por isso, confirmou e divulgou “oficialmente a posição do governo português, de recusa da ajuda financeira americana”¹⁶. Porém, só em 27 de janeiro de 1948, é que a resolução de rejeitar o auxílio financeiro a Portugal foi votada em reunião do Conselho de Ministros, sendo o resultado obtido o mesmo anunciado meses antes.

O estado económico e financeiro de Portugal, divulgado no discurso de recusa do auxílio americano não correspondia, totalmente, à realidade. Em meados de 1947, a conjuntura económica e financeira do país revelava alguns sintomas de precariedade e indicava um agravamento da situação, como aliás aconteceu. Foram várias as causas que levaram à deterioração acentuada da situação financeira e cambial portuguesa: o aumento generalizado das importações, em quantidades e em valores, como resultado da política do Ministro da Economia, Daniel Barbosa. Este, com o objetivo de tranquilizar a tensão social vivida em Portugal, direcionou uma boa parte das divisas entesouradas durante a 2.ª Guerra Mundial para a importação maciça de géneros de primeira necessidade, “aumento das importações de produtos agrícolas, provocado pela escassez da produção de cereais, resultante dos maus anos agrícolas de 1946 e 1947”¹⁷; outro fator que contribuiu para o aumento das importações foi a política de fomento industrial encetada pelo Governo; a transição do período de guerra para o período de paz levou a uma forte diminuição da exportação de alguns produtos valorizados durante a guerra. As consequências desta conjuntura refletiram num “saldo negativo de 2.970 milhões de escudos da nossa balança de pagamentos, provocado sobretudo pelo aumento do défice que a nossa balança comercial [revelou] desde 1944”¹⁸. O início do ERP também “ajudou” ao agravamento da situação económica e financeira lusa, cenário que foi retratado em janeiro de 1948 pelo ex-ministro de Portugal em Paris, Augusto de Castro¹⁹.

¹⁶ ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall...*, p.13.

¹⁷ Idem, *Portugal e a Reconstrução económica do Pós- Guerra: O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2007, p.196.

¹⁸ Idem, *Portugal e o Plano Marshall: ...*, pp. 236-237.

¹⁹ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 238-24.

Por forma a fazer face a esta situação, Portugal lançou um último esforço que, caso fosse bem-sucedido, satisfaria de uma só vez dois objetivos da política do Presidente do Conselho: a obtenção de material industrial, e assim, dar sequência à política encetada desde o final da 2.^a Guerra Mundial, e evitar recorrer aos cofres do Estado para o pagamento desses produtos, aliviando a difícil situação financeira.

Em finais de junho, o Governo de Lisboa propôs um empréstimo ao Governo de Washington sob a égide da Economic Cooperation Administration (ECA)²⁰, na proposta constava a “transferência para os EUA 40 milhões de libras do crédito de Portugal sobre Inglaterra”²¹ e a garantia de que a conversão desse montante em dólares americanos “seria utilizável unicamente na aquisição, nos Estados Unidos, de equipamentos e mercadorias industriais para a execução de planos de fomento na Metrópole e Colónias”²². Em meados de julho, o Secretário de Estado americano, George Marshall recusou a proposta portuguesa.

Após esta recusa, a situação portuguesa ficou cada vez mais difícil e não se vislumbrou uma solução para dar a volta ao grave momento que se vivia. A desconfiança e o antiamericanismo de Oliveira Salazar não resistiram e, em 20 de julho de 1948, o Presidente do Conselho colocou a hipótese de recorrer ao auxílio financeiro do ERP. Os meses de agosto e setembro desse ano serviram para preparar a legislação que constituiu a Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE). No ano seguinte, com funções complementares a essa comissão foi criado o Fundo de Fomento Nacional, com a finalidade de administrar a ajuda Marshall²³.

Em 27 de setembro de 1948, no dia anterior à assinatura do Acordo Bilateral²⁴ de Portugal com os Estados Unidos, o representante de Portugal na OECE, Teixeira Guerra, de modo informal, comunicou a “Harriman a intenção do governo português em solicitar ajuda indirecta do Plano Marshall para Portugal”²⁵. No entanto, Teixeira Guerra informou ao ministro dos Negócios Estrangeiros português que, após ter efetuado vários contatos acerca da intenção portuguesa, chegou à conclusão da

²⁰ Esta agência de financiamento foi criada em 3 de abril de 1948, para administrar o ERP, examinava os pedidos formulados pelos países participantes nesse programa e disponibilizava os fundos necessários, em dólares

²¹ ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall...*, p. 242.

²² Idem, *Ibidem*, p. 245.

²³ CF. Idem, *Portugal e o Plano Marshall...*, pp. 250-269.

²⁴ A secção 115 da Lei de Cooperação Económica estabeleceu que todos os países aderentes ao Plano Marshall deveriam concluir com os EUA um acordo bilateral.

²⁵ ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall: história...*, p. 24.

impossibilidade de Portugal obter o auxílio financeiro no primeiro ano do ERP. Excluída essa possibilidade, o governo português apostou na candidatura ao segundo ano da “ajuda Marshall”. O apoio financeiro do ERP foi recebido durante o segundo e terceiro ano de vigência desse programa (1949-1950 e 1950-1951).

1.2.3. Negócios luso-americanos

O Plano Marshall deu um grande impulso nas relações empresariais luso-americanas. A partir do biénio 1948-1949, houve um maior interesse das empresas americanas em investir tanto em Portugal como nas colónias. Foram criados vários organismos e programas que facilitaram o acesso americano no nosso país e na África portuguesa.

Nos parâmetros estabelecidos pela ECA e depois reforçados pelo acordo bilateral celebrado entre Portugal e os Estados Unidos, “ficou estipulado que o Governo dos Estados Unidos pudesse requisitar do outro governo signatário que se negociassem convenções para garantirem aos Estados Unidos o acesso a materiais, quer directamente quer por intermédio de companhias americanas em condições análogas às que são aplicadas às nacionais”²⁶. Contudo, dentro da ECA, havia a necessidade de declarar qual a lei aplicável pelo Governo português às concessões mineiras que poderiam interessar ao capital americano.

Em 9 de julho de 1949, o Conselheiro Especial americano para os territórios coloniais, John F. Orchard, enviou uma carta, interrogando o Ministro das Colónias, Teófilo Duarte, sobre várias questões relacionadas com o investimento de empresas privadas nos países da África portuguesa. No entanto, a tarefa de responder a esta missiva coube ao chefe do Gabinete do Ministério das Colónias, J. C. Almeida Cotta, que começou por felicitar o Governo americano “no que respeita ao estabelecimento dum mais alto nível de vida com o fim de, através da prosperidade geral, assegurar a paz no mundo e particularmente, o interesse que lhe merece o desenvolvimento das nossas colónias”²⁷. Mais adiante elucidou John F. Orchard que esses assuntos deviam ser tratados com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Por parte de Orchard foram

²⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo (IANTT), *Carta enviada por J. C. Almeida Cotta ao Conselheiro Especial sobre os territórios coloniais*, cota: AOS/CO/UL-62, p. 532.

²⁷ IANTT, *Ibidem*, p. 500.

colocadas três questões: i) qual a disponibilidade do governo português em receber empresas americanas, nas colónias; ii) facilidade de acesso de técnicos estrangeiros e se estes seriam submetidos às leis portuguesas; iii) se o Governo iria admitir que as entidades estrangeiras ficassem com a maioria do capital.

O chefe de Gabinete do Ministério das Colónias respondeu às questões colocadas, de forma muito breve, garantindo não haver qualquer entrave à entrada tanto de empresas como de técnicos estrangeiros nas colónias, e que teriam um tratamento semelhante às companhias e trabalhadores nacionais. Quanto à última pergunta, Almeida Cotta respondeu dando o exemplo do último contrato de concessão estabelecido com uma empresa americana: “o último contrato, de concessão do exclusivo de pesquisas mineiras e exploração de petróleos em determinada área de Moçambique, feito pela empresa americana *Gulf Oil Corporation*, estabeleceu para esta empresa 66,6% do capital (V. decreto n.º 36.841, de 20/04/48)²⁸. Portugal cedia em relação à detenção da maioria do capital.

1.2.4. Assistência Técnica e Produtividade (AT&P)

Nos últimos meses de 1948, o ensejo americano de, não só garantir uma ajuda financeira à Europa mas também promover o aumento dos níveis de produção industrial dos países europeus, conduziu a ECA ao lançamento de um programa de assistência técnica e produtividade (AT&P) – United States Technical Assistance & Productivity Programme – “destinado a introduzir os métodos e as técnicas de produção e os modelos de gestão americanos nas economias”²⁹ dos países do oeste do velho continente. O programa teve a duração de dez anos (1948-1958) e resultou do esforço de cooperação entre a indústria privada dos países da Europa Ocidental e a indústria privada dos Estados Unidos e do seu Governo.

Como regra fundamental, a ECA defendia que dentro do AT&P só seriam aceites os projetos que não encontrassem assistência dentro do seu próprio país ou em outros países participantes. Quando aceites, os projetos usufruíam da cooperação entre o país beneficiário e os Estados Unidos, designadamente no prolongamento e divulgação

²⁸ IANTT, *Ibidem*, p. 501.

²⁹ ROLLO, Fernanda, *Portugal e a Reconstrução...*, p. 377.

dessa assistência técnica e na cooperação de custos. As propostas podiam surgir da iniciativa pública ou privada de cada país participante, tinham de ser apresentadas

ao “Governo e ou à instituição que tivesse a seu cargo a administração do auxílio americano – a CTCEE, no caso português. Essa instituição submetia a candidatura do projecto à missão local da ECA que o avaliava. Se concordasse com o projecto, a missão americana formulava um parecer e submetia-o à administração americana que então o autorizaria. A própria missão da ECA também podia sugerir projectos e submetê-los, desde que obtivesse a concordância do Governo do país em causa”³⁰.

O programa suscitou grande interesse por parte das empresas portuguesas que se dirigiram diretamente aos americanos, propondo negócios e perguntando em que moldes podiam participar ou beneficiar do auxílio técnico ou financeiro. A Missão da ECA em Portugal mostrou-se sempre disposta a colaborar, promoveu vários negócios entre empresas portuguesas e americanas no âmbito do programa de assistência técnica.

1.2.5. AT&P em Portugal

Dentro do programa de AT&P, Portugal beneficiou de pouco mais de 50 projetos, dos quais o Estado foi quem mais usufruiu, dado que dos projetos aceites apenas 6 foram assumidos pela iniciativa privada. Comparativamente a outros países participantes, Portugal beneficiou de forma modesta do AT&P. No entanto, o envolvimento neste projeto propiciou o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico que favoreceram o conjunto da economia portuguesa. Numa análise prática, os projetos de assistência técnica constituíram uma forma de adquirir ou aprofundar a formação e especialização de técnicos nacionais no estrangeiro e, simultaneamente, permitiu ao nosso país beneficiar de estudos sobre a realidade portuguesa realizados por especialistas americanos tanto na Metrópole como nas Colónias ou nos Estados Unidos.

Angola e Moçambique obtiveram apenas 6 dos 50 projetos, porém, este facto não representava um desapego pelas colónias. Houve sempre interesse, tanto da parte portuguesa como americana, por potenciar os recursos que a África portuguesa oferecia. Além do mais, analisando os montantes despendidos pelos projetos de Portugal e das colónias, facilmente se constata a preferência americana pelo desenvolvimento das

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 385.

Colónias portuguesas em relação à Metrópole, pois “do total dos 50 projectos desenvolvidos em Portugal ao abrigo do programa AT&P apenas uma pequena parcela de 6 respeitou às Colónias. Todavia, apenas esses seis projectos, relativos às colónias de Angola e Moçambique, absorveram mais de metade do financiamento total da execução do programa, dos quais quatro interessaram exclusivamente a Angola. Na verdade, os 44 projectos relativos ao continente importaram um financiamento de 31% comparativamente aos 69% absorvidos pelos 6 projectos que decorreram nas colónias”³¹. O mais dispendioso de todos os projetos foi realizado em Angola e Moçambique. Tratou-se de levantamentos aéreos e trabalhos de prospeção mineira; para tal, foi necessário empregar mais de metade da totalidade do financiamento estipulado à execução da totalidade do programa de assistência técnica em Portugal.

Por fim, deve ainda salientar-se o facto de a AT&P ter proporcionado ao nosso país o aproveitamento imediato dos recursos naturais e a viabilização das obras que lhe estavam associadas. Apesar destes aspetos positivos, o potencial deste projeto não foi plenamente aproveitado por ter colidido com a intransigência financeira do Governo português de cofinanciar o AT&P, respeitando não só as normas da sua política económica de não ter gastos fora dos previstos nos orçamentos ministeriais como também por embater na visão conservadora do Presidente do Conselho, inviabilizando dessa forma a concretização de propostas que surgiram de diversas instâncias oficiais³².

1.3. Portugal e a NATO

A participação de Portugal na NATO, devido à base dos Açores, era extremamente importante. Todavia, Lisboa observou de forma distante as negociações que culminaram na criação da NATO, devido à posição portuguesa sobre a Espanha. Os Governos dos Estados Unidos e de Inglaterra tinham consciência que este seria um pedido feito pelos portugueses. Não se enganaram.

Em 4 de outubro de 1948, surgiu o primeiro contato formal, através de um embaixador inglês³³, por forma a saber qual a opinião portuguesa em relação à potencial

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 540.

³² Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 548-551.

³³ Os Estados Unidos e a Inglaterra foram os países que negociaram a adesão de Portugal nessa organização.

participação na NATO. Este assunto levou semanas a ser discutido, pois o memorando tinha sido entregue ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta, que só depois de ter sido inquirido pelo embaixador António de Faria, trouxe à luz o documento, e o embaixador ficou encarregue de redigir um primeiro parecer.

Mesmo antes de António Faria se ter pronunciado, Salazar concedeu uma entrevista, em novembro, a Cyrus Sulzberger, jornalista do *New York Times*. O Presidente do Conselho, nessa entrevista, revelou duas razões pelas quais Portugal não tinha urgência em aderir à NATO: i) devido à aliança com Inglaterra; ii) por considerar que a Espanha era essencial nessa organização, “só sendo excluída por causa da «cegueira» francesa e inglesa”³⁴. Em 30 de dezembro, o Governo português enviou um memorando onde levantou algumas contestações como a não participação de Espanha, a criação de bases americanas em Portugal e a ideia de uma fusão económica ou política.

Em 10 de janeiro de 1949, foi recebida a resposta anglo-americana, garantindo que a NATO nada tinha a ver com qualquer modelo federal e esclarecendo que a participação nessa organização não implicava a cedência obrigatória de bases. Quanto à participação da Espanha, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos não se opunham a essa ideia, ao contrário dos restantes países europeus. Esse facto impossibilitava a adesão espanhola.

Contudo, mesmo após o memorando anglo-americano ter saciado algumas das dúvidas que colocavam Portugal de pé atrás em relação à adesão ao Pacto do Atlântico, o Governo continuava dividido em relação a essa decisão. Levantou-se uma última questão: o acordo tinha a duração de vinte anos, o Governo português só aceitava dez. Quanto a este último ponto já nada se podia fazer, a Inglaterra abordou Portugal de modo informal para que aceitasse os vinte anos, pois tinham sido os ingleses a insistir neste prazo mínimo, e revelaram que os outros países europeus chegaram a falar em cinquenta anos.

Em meados de março de 1949, os Estados Unidos entregaram a Portugal o convite oficial para a adesão, e estando o Pacto do Atlântico já aprovado, indicaram a primeira semana de abril como a data para a assinatura do documento. Posto isto, o Governo português nada podia alterar e tinha duas semanas para tomar uma decisão em relação à adesão. Entre 19 e 23 de março, esse assunto foi discutido em reunião de

³⁴ TELO, António José, *Ob. Cit.*, p. 65.

Conselho de Ministros. Inicialmente, o Presidente do Conselho não assumiu nenhuma posição; no entanto, deu a entender que não aceitava o argumento espanhol de que Portugal ao aderir ao Pacto do Atlântico obrigava a Espanha a intervir em caso de um envolvimento português numa guerra, mostrando-se favorável a uma adesão. O ministro da Guerra, Fernando Santos Costa, defendeu a adesão por considerar fundamental para o futuro da política de defesa nacional. “Os únicos ministros que se pronunciaram formalmente contra, [foram] Cavaleiro Ferreira e José Frederico Ulrich, mas muitos outros [colocaram] reservas e reticências de várias formas”³⁵. Porém, a decisão final do Governo foi favorável à adesão. Assim, em 4 de abril de 1949, Portugal foi um dos doze fundadores da NATO.

1.3.1. O caso espanhol

Os EUA chegaram a iniciar conversações com Espanha com vista à sua entrada. Em março de 1948, houve uma aproximação entre os dois países, “tendo vários generais americanos visitado a Espanha para preparar a construção de uma imensa base aérea perto de Madrid”³⁶. No entanto, essa intenção encalhava na intransigência dos outros países europeus, e porque do ponto de vista estratégico-militar as bases espanholas não eram essenciais. O Governo espanhol mostrou-se muito interessado em participar na NATO, chegando ao ponto de pressionar Portugal para insistir com os Estados Unidos para a sua adesão. Espanha manteve-se ao corrente das negociações entre Portugal, Inglaterra e os Estados Unidos, através de múltiplos informadores³⁷.

Quando a adesão à NATO foi aprovada em Conselho de Ministros, o Governo espanhol ficou desagradavelmente surpreendido. Num último esforço, enviou um memorando a Portugal, no qual argumentava que a participação na NATO ia contra todos os compromissos assumidos no Pacto Ibérico, pois Portugal ficava automaticamente envolvido na primeira fase de uma guerra geral, levando a Espanha a correr riscos, por não usufruir da qualidade de membro do Pacto do Atlântico e como tal não tinha a garantia de assistência direta. No entanto, os argumentos espanhóis foram habilmente desmontados pelo embaixador António de Faria, “[que argumentou] que, se alguma vez os exércitos russos [chegassem] aos Pirenéus, a sua atitude não [dependia]

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 78.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 71.

³⁷ CF. Idem, *Ibidem*, p. 73.

de Portugal pertencer ou não à NATO e que tal facto não [criava] obrigações ou perigos especiais”³⁸ aos espanhóis. Assim, a Espanha viu a sua última cartada não alcançar o sucesso esperado.

1.4. Ano de 1961: deterioração da relação luso-americana

A campanha presidencial americana de 1960 foi seguida com grande nervosismo por parte de Portugal. Os jornais afetos ao Governo – a maioria – preferiam Richard Nixon “e procuraram ridicularizar Kennedy”³⁹, mas este acabou por sair vitorioso. A fraca popularidade do novo Presidente americano devia-se ao seu anticolonialismo. Para Salazar a questão das colónias não se punha sequer em discussão. Na sua opinião, o território era “uno e indivisível”. Antes mesmo de ser eleito Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, em 1957, mostrou-se apologista da independência dos países africanos: “chamem-lhe nacionalismo, chamem-lhe anticolonialismo, chamem-lhe o que quiserem, África está a viver uma revolução [...] não podemos pensar mais em África só em termos de Europa”⁴⁰. A política externa americana foi alterada, Kennedy tornou as suas palavras em atos e, já na qualidade de Presidente dos Estados Unidos, abraçou a causa da autodeterminação e da independência dos novos povos africanos. Como consequência, as relações luso-americanas deterioraram-se. O ano de 1961 correu sob a pressão dos Estados Unidos para que Portugal concedesse a independência aos países africanos sob o seu jugo, e o Governo português a resistir. Nesse embate, a base das Lajes revelou-se, mais uma vez, um enorme trunfo.

1.4.1. Resoluções contra Portugal na ONU

Em 2 de agosto de 1946, Portugal formalizou o pedido de adesão na ONU, contando com o apoio formal de três membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas: os Estados Unidos, o Reino Unido e a França. A admissão dependia da recomendação da candidatura à Assembleia Geral pelo Conselho de Segurança, com o voto unânime dos seus cinco membros. Em 13 de agosto, o Comité de Admissão dos

³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 76.

³⁹ ANTUNES, José Freire, *Ob. Cit.*, p. 67.

⁴⁰ Idem, *O factor africano: 1890-1990*, Venda Nova, Bertrand, 1990, p.55.

novos membros fez a apreciação dos pedidos de adesão, teve apenas em conta a sua política internacional. Os Estados Unidos e o Reino Unido realçaram o apoio prestado por Portugal aos Aliados durante a guerra, a sua neutralidade e a importância das bases dos Açores, antes e depois do conflito.

Após a votação verificou-se que dos 10 votos apenas 2 não foram favoráveis à adesão de Portugal. Os dois votos contra foram da Polónia e da União Soviética, os quais defenderam essa ação com dois argumentos: o primeiro, por condenarem a relação amigável entre o Governo de Salazar com a Espanha e com a Alemanha; o segundo, pela inexistência de relações diplomáticas do país com a URSS. O voto negativo por parte da União Soviética repetiu-se anualmente. Os portugueses não foram os únicos afetados por esta intransigência soviética, a Áustria, a Finlândia, a Irlanda, entre outros também viram os seus pedidos de adesão negados, estes vetos estavam inseridos na estratégia de confronto político e diplomático entre Moscovo e Washington do pós-guerra. Somente em 15 de dezembro de 1955, após ter sido negociada a entrada de um “pacote” de países entre os Estados Unidos e a União Soviética “dezasseis novos países foram admitidos na ONU, entre eles países europeus como a Itália e a Áustria, do Médio Oriente, da Ásia e do bloco de Leste, como a Roménia e a Bulgária”⁴¹. Quase uma década depois, Portugal foi finalmente aceite.

Porém, dentro do governo português, havia alguma antipatia em relação às Nações Unidas; o Presidente do Conselho via os princípios de fundação e atuação dessa organização como embaraçosos para a política colonial e internacional do regime. O artigo 73.º da carta da ONU era encarado pelos portugueses como a forma mais direta de ataque às colónias, uma das obrigações assentes nesse item era a promoção de um governo próprio nos territórios não-autónomos. A aplicação desse artigo desde 1946 a 1961 tinha levado à independência de cerca de 40 países, sendo 22 dessas novas nações em África. Antecipando os problemas que esse artigo poderia criar, na revisão de 1951, as colónias passaram a designar-se por províncias ultramarinas no texto da Constituição. Assim, após a formalização da adesão de Portugal na ONU, o Secretário-Geral solicitou ao Governo português uma listagem dos territórios sem governo próprio administradas por Lisboa. Oliveira Salazar respondeu que não havia territórios administrados por Portugal que pudessem ser incluídos na categoria indicada por esse artigo. Esse

⁴¹ PAÇO, António Simões do, *Portugal é admitido na ONU: 1955*, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, p.7.

argumento permitiu afastar a ameaça representada por esse artigo, mas por pouco tempo.

O ano de 1960 serviu de preparação para o ataque às colónias portuguesas. Os países comunistas e o bloco afro-asiático passaram a dispor de maioria numérica na ONU, e em 15 de dezembro foi aprovada a Resolução 1541 que definiu o conceito de “território não-autónomo”, “a partir desta altura passou a considerar-se território colonial aquele que estivesse «geograficamente separado» e fosse «étnica e culturalmente diferente» do país que o administrasse, bem como aquele território que estivesse arbitrariamente colocado numa posição de subordinação”⁴². No ano seguinte, o debate acerca da questão colonial portuguesa passou para primeiro plano tanto no Conselho de Segurança como na Assembleia Geral da ONU.

A tensão entre brancos e negros era uma realidade desde 1957, prova disso foi a necessidade de o governo português aumentar o número de delegações da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e de as estender a todos os países sob a administração de Portugal. Os primeiros dias de 1961 ficaram marcados por um levantamento popular de milhares de trabalhadores dos campos de algodão da companhia Luso-Belga Cotonang. A constante repressão e as duras condições de trabalho e de vida aliada à influência da independência do Congo em Junho de 1960, foram os fatores que os impulsionaram a se revoltar, destruindo plantações, pontes e casas. A resposta por parte da polícia portuguesa a essa sublevação não tardou, foi dura e violenta, resultando em centenas de mortes. Os incidentes da Baixa do Cassange despertaram a consciência patriótica dos angolanos. No dia 4 de fevereiro de 1961, centenas de negros, divididos em três grupos, atacaram a Casa de Reclusão Militar e as cadeias civis de Luanda, com o objetivo falhado de libertarem presos políticos. “No confronto morreram 40 assaltantes e 7 polícias”⁴³. Como resposta, na manhã de 5 de fevereiro, quando decorria o funeral dos polícias, grupos de civis armados executaram uma batida geral aos musseques da periferia de Luanda e fizeram várias vítimas.

Os países afro-asiáticos condenaram estes atos, a Libéria requereu às Nações Unidas que a situação angolana fosse colocada na agenda da próxima reunião

⁴² RODRIGUES, Luís Nuno, “Os Estados Unidos e a questão colonial portuguesa na ONU (1961-1963)” in Franco, Manuela (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana: Instituto Português das Relações Internacionais Universidade Nova, 2006, p. 62.

⁴³ ANTUNES, José Freire, *O factor africano....*, p. 148.

do Conselho de Segurança. Portugal protestou, sem sucesso, contra a iniciativa da Libéria, por a considerar uma intromissão nos assuntos internos. Os receios do Presidente do Conselho em relação ao anticolonialismo do Presidente Kennedy foram confirmados, em 7 de março, quando o Embaixador Burke Elbrick comunicou a Salazar “que doravante os Estados Unidos não podiam mais apoiar Portugal na sua política colonial e que teriam de votar a favor de eventuais resoluções apresentadas no seio das Nações Unidas”⁴⁴. Nesse sentido, a delegação americana nas Nações Unidas, em 15 de março, votou favoravelmente a moção apresentada pela Libéria, no entanto não foram reunidos os votos necessários para ser aprovado. O voto favorável dos Estado Unidos na resolução da Libéria consumou oficialmente a nova política da administração Kennedy em relação a Portugal e as suas colónias, e com isso, afetou diretamente as relações bilaterais com o Governo português.

Precisamente no mesmo dia da votação nas Nações Unidas da moção contra Portugal, começou a guerra em Angola. A União das Populações de Angola, mais tarde denominada por Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), desencadeou uma série de ataques mortíferos em zonas isoladas e pouco protegidas do norte da colónia, com o objetivo de erradicar a população branca.

A situação em Angola teve como consequência, no seio da ONU, várias moções contra Portugal. O sentido de voto americano nessas resoluções manteve-se igual ao da moção apresentada pela Libéria, em 20 de abril, “uma resolução semelhante à que tinha sido rejeitada pelo Conselho de Segurança foi apresentada e aprovada na Assembleia Geral, com o voto favorável dos Estados Unidos. (...) em juho, o Conselho de Segurança aprovou uma outra resolução que deplorava «os massacres e demais medidas de repressão da população angolana». (...) de novo, a delegação americana deu o seu voto favorável a esta resolução. (...) o mesmo sucedeu em dezembro de 1961 e janeiro de 1962, com mais duas resoluções aprovadas pela Assembleia Geral”⁴⁵.

O sentido de voto da delegação americana nas Nações Unidas causou um enorme mal-estar nas relações entre Lisboa e Washington, pois até então os americanos nunca tinham apoiado resoluções contra Portugal na ONU. Outro ponto de fricção entre os governos português e americano era o apoio por intermédio da Central Intelligence

⁴⁴ RODRIGUES, Luís Nuno, *Ob. Cit.*, p. 65.

⁴⁵ Idem, “A ‘Solidão’ na política externa portuguesa no início da década de 60: o caso dos Estados Unidos” in Martins, Fernando (ed.), *Ob. Cit.*, p. 200.

Agency (CIA) ao movimento chefiado por Holden Roberto, a UPA, “dando-lhe alguma ajuda financeira e não militar”⁴⁶. Por sua vez, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) tinha o apoio da União Soviética. A CIA dispunha de uma ligação muito estreita com a UPA, ao ponto de saber de todas as ações planeadas por esse movimento. Um exemplo bem elucidativo dessa situação foi a CIA ter conhecimento, desde o início do mês de março, da preparação de um ataque na região do Norte de Angola, no dia 15 desse mês, pelo movimento chefiado por Holden Roberto⁴⁷.

Ao longo desse ano, Kennedy manteve a sua política a favor da autodeterminação dos povos e tomou várias medidas a favor dessa causa, numa das quais decretou o embargo da venda a Portugal de armas que pudessem ser transportadas e utilizadas nos territórios africanos.

1.4.2. Pressões internas, mudanças externas

Os primeiros meses de John Kennedy como Presidente dos Estados Unidos, por defender a autodeterminação dos povos, resultaram na deterioração da relação luso-americana. A nova política externa executada colocou grandes desafios ao governo português. Portugal deixou de contar com o apoio internacional dos Estados Unidos e, com isso, enfrentou vários ataques no seio das Nações Unidas, por parte do bloco afro-asiático. Apenas a partir de meados de 1962, a política americana para com Portugal começou a alterar-se. Essa modificação em muito se deveu à importância estratégico-militar da base das Lajes para os americanos, considerada pelo Departamento de Estado como “a mais valiosa instalação que os Estados Unidos são autorizados a usar por uma potência estrangeira”⁴⁸. No final desse ano, os direitos de utilização da base dos Açores em tempo de paz usufruídos pelos Estados Unidos chegavam ao fim. A perda dessa concessão nem sequer podia ser equacionada por Washington, no clima de Guerra Fria vivido na altura, caso Portugal não pretendesse renovar a cedência da base das Lajes, a estratégia militar americana sofria um enorme golpe.

⁴⁶ United States Senate. Hearings Before the Subcommittee on Africa Affairs, 94th Congress, 2nd Session, January 3,4,6 Angola (Washington DC, Government Printing Office, 1976), p.16, *Apud* ANTUNES, José Freire, *Ob. Cit.*, p. 172.

⁴⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 174.

⁴⁸ RODRIGUES, Luís Nuno, “A ‘Solidão’...”, p. 83.

Desse modo, os Estados Unidos, em meados desse ano, solicitaram a Portugal o início das negociações com a finalidade de prolongar o acordo existente por mais alguns anos. Durante o ano de 1961, tal como foi descrito anteriormente, o governo português enfrentou uma grande contestação à posse dos territórios ultramarinos, principalmente dentro da ONU, remetendo Portugal para uma posição internacional penosa. Por conseguinte, o governo português procurou utilizar a base das Lajes para dar a volta a essa situação. Em agosto de 1962, o governo português enviou uma extensa lista a administração americana, criticando vários aspectos da sua política, nomeadamente a sua ação nas Nações Unidas contra a política portuguesa em África, o embargo à venda de armas e o apoio de autoridades americanas a movimentos de libertação angolanos. Só depois dessas questões resolvidas é que Portugal se mostrava disposto a negociar a renovação do acordo das Lajes.

A política dos Estados Unidos em África não era um tema consensual no seio do Governo americano, e as exigências portuguesas despontaram um debate interno na administração Kennedy. Havia dois grupos com posições completamente antagónicas: um grupo defendia que os Estados Unidos deviam abandonar a política de complacência em relação ao colonialismo português e promover todos os esforços possíveis no sentido da autodeterminação e independência de todas as colónias portuguesas; o outro grupo argumentava que, “nas relações com Portugal, o factor essencial a ter em linha de conta continuava a ser a base dos Açores e que qualquer política seguida pela administração que pudesse pôr em causa o continuado acesso às facilidades nos Açores devia ser evitada”⁴⁹. A falta de consenso dentro do governo americano resultou no arrastar de negociações com Portugal. Aproximava-se o fim do prazo dos direitos de utilização da base dos Açores sem que se vislumbrasse um novo acordo. Os Estados Unidos aperceberam-se dessa situação e tentaram junto do governo português obter a garantia de que as suas forças podiam permanecer nas Lajes até à conclusão das negociações. Apenas receberam essa garantia, em 11 de dezembro, quando votaram contra uma resolução nas Nações Unidas exigindo a Portugal que reconhecesse o direito de autodeterminação dos povos sob a sua administração.

Desde a solicitação para o início das negociações tendo em vista a renovação dos direitos de utilização da base das Lajes pelos Estados Unidos, a delegação americana nas Nações Unidas votou negativamente nas resoluções apresentadas ao longo desse

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 210.

ano contra Portugal. A habilidade do governo português em usar a base das Lajes como um trunfo negocial e, com isso, conseguir alterar a política americana, resultou. Portugal optou por não renovar o acordo da base dos Açores, “manter as negociações em curso e autorizar os americanos a permanecer enquanto estas continuassem”⁵⁰. Assim, o governo português tinha a opção de declarar as negociações terminadas, caso a política americana voltasse às orientações de 1961. O comportamento americano de meados de 1962 manteve-se ao longo de 1963.

Em novembro de 1963, o Presidente Kennedy foi assassinado, e quem lhe sucedeu foi Lyndon Johnson (1963-1968). Durante a administração Johnson, Portugal voltou a contar com a “neutralidade colaborante”, por parte dos Estados Unidos, em relação à política colonial. Em 1961, Kennedy decretou o embargo à venda de armas a Portugal e nomeou o Military Assistance Advisory Group (MAAG) como a entidade responsável por fiscalizar se o armamento da NATO era ou não utilizado na guerra colonial. No entanto, nos anos seguintes, mesmo essas leis continuando em vigor, não eram respeitadas. Em 1965, foi descoberta a venda secreta de aviões B-26, por parte dos Estados Unidos a Portugal, e em relação à fiscalização da utilização de armas na guerra do ultramar, “por cortesia pessoal, ou desinteresse político, os adidos militares americanos raramente prosseguiram o objectivo concreto de averiguar no terreno as «alegadas violações»”⁵¹. As relações luso-americanas eram cada vez melhores, e havia uma maior cooperação por parte dos Estados Unidos em relação à guerra colonial. Nos anos seguintes essa tendência foi mantida.

1.5. Presidência de Richard Nixon

Em 1968, Marcello Caetano sucedeu a Oliveira Salazar no cargo de Presidente do Conselho. Nesse mesmo ano, em 5 de novembro, Richard Nixon venceu as eleições presidenciais dos Estados Unidos, e o Partido Republicano, mais conservador do que o seu adversário, o Partido Democrata, voltava ao poder. O último candidato daquele partido a conseguir chegar à presidência tinha sido Dwight Eisenhower. O governo português há muito tempo que tinha Nixon em boa conta. Por isso, este fora o candidato preferido dos portugueses na eleição de 1960, das quais Kennedy saiu vencedor.

⁵⁰ Idem, “*Os Estados Unidos...*” in Franco, Manuela (coord.), p. 85.

⁵¹ ANTUNES, José Freire, *Os americanos em Portugal: Nixon e Caetano promessas e abandono*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, p. 110.

Em 1965, as leis portuguesas foram alteradas, permitindo a entrada de investimento estrangeiro em todo o seu território: “Lisbon (...) opens the door to American, South African and other foreign capital”⁵². Após ter sido eleito, empresários americanos com interesses em Angola e Moçambique movimentaram-se junto de Nixon com o objetivo de obter uma garantia de que os Estados Unidos não iriam interferir de forma negativa na política colonial portuguesa. A resposta do Presidente americano foi bem esclarecedora: “Eu nunca farei a Portugal o que John Kennedy fez”⁵³. Da parte do governo de Marcello Caetano também havia um apoio a esse investimento, em 1969, “novas concessões diamantíferas foram atribuídas [em Angola] pelo Governo a empresas americanas”⁵⁴.

Com a alteração da política externa americana foi necessário reavaliar a situação na África Austral e definir quais as atitudes a serem tomadas. Assim, em 1970, o Conselheiro Nacional de Segurança, Henry Kissinger, apresentou a Nixon o *National Security Memorandum 39* (NSSM-39). Analisando a guerra na África portuguesa, o NSSM-39, de forma concisa, não vislumbrava a vitória de nenhuma das partes “em Angola e em Moçambique, onde a rebelião é mais activa, os rebeldes não podem vencer militarmente – mas os portugueses também não”⁵⁵. Nesse mesmo documento recomendava-se ao governo americano que houvesse um relaxamento do embargo da venda de armas a Portugal e o estabelecimento de uma política de dois sentidos: por um lado, continuando a exprimir oposição pública à repressão racial, enquanto, por outro, abrandando suavemente o isolamento político e económico dos estados brancos em África, Portugal e a África do Sul. A conclusão abraçada por Kissinger era de que “os brancos estavam para ficar”⁵⁶.

No entanto, as relações luso-americanas não se confinavam apenas sobre qual a postura do governo americano em relação às colónias portuguesas. Em 1970, um dos assuntos, talvez o principal da perspetiva americana, a ser tratado entre os dois países, tinha a ver com a renovação do contrato da base das Lajes. Nesse mesmo ano, depois da

⁵² MARCUM, John, *The politics of indifference: Portugal and Africa, a case study in American foreign policy*, 1972, p. 8.

⁵³ ANTUNES, José Freire, *Os americanos e Portugal: Nixon...*, p. 66.

⁵⁴ Idem, *O factor...*, p. 79.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 122.

⁵⁶ GUIMARÃES, Fernando Andersen, “Os Estados Unidos e a descolonização de Angola: as origens de uma política falhada”, in Rodrigues, Luís Nuno (coord.), *Regimes e império: as relações luso-americanas no século XX*, Lisboa, Fundação Luso Americana, 2006, p. 176.

desastrosa “operação mar verde”⁵⁷, a relação entre Portugal e os Estados Unidos esfriou. Nixon enviou uma carta confidencial a Sekou Touré, lamentando os incidentes. Para espanto do Presidente americano, no dia seguinte, Sekou Touré, tornou a carta enviada pelo Presidente americano, pública, e agradeceu a simpatia e apoio dos Estados Unidos por ocasião da grave e criminosa agressão de Portugal.

No debate da ONU, o embaixador americano criticou a invasão, e não teve outro remédio se não ler a mensagem do Presidente americano, por forma a figurar nos registos oficiais. Todavia, tanto a delegação dos Estados Unidos como a de Inglaterra abstiveram-se na votação da resolução 290, que exigia compensações financeiras a Portugal e a ameaça de sanções em caso de reincidência. Apesar de tudo, o governo português conseguiu sair dessa situação sem consequências graves, mas Washington avisou que outra operação deste género poderia terminar com as boas relações entre os dois países.

A relação luso-americana ficou oficialmente restabelecida, em 9 de dezembro de 1971, com a celebração do acordo relativo à cedência da Base das Lajes aos americanos. O governo português conseguiu algumas vantagens com esse acordo, pois recebeu “um pacote de ajuda substancial: incluía 30 milhões de dólares em produtos agrícolas, direitos de levantamento até 5 milhões de dólares em equipamento não-militar e elegibilidade para financiamento de 400 milhões de dólares no Export-import Bank”⁵⁸. Altos dirigentes americanos, como o Senador do Comité das Relações Estrangeiras, James William Fulbright, criticaram publicamente o elevado pagamento pela base das Lajes, argumentando que, sendo Portugal país-membro da NATO, a base poderia ser utilizada pela organização, e os seus custos seriam pagos por todos⁵⁹. Porém, o acordo já estava assinado. Resolvida a questão em relação ao acordo da Base das Lajes, que já se arrastava desde 1962, as relações entre Portugal e os Estados Unidos mantiveram-se, até 1973, estáveis.

Nesse ano, a importância da base das Lajes foi novamente comprovada. O Estado de Israel foi surpreendido por um ataque protagonizado pela Síria e pelo Egito, após a União Soviética ter fornecido a estes elevadas quantidades de armamento

⁵⁷ Tratou-se de um ataque fracassado, na madrugada de 22 de novembro de 1970, liderado por Alpoim Calvão, a pontos estratégicos de Conakry. Cf. ANTUNES, José Freire, *Os americanos e Portugal: Nixon e Caetano...*, pp. 150-152.

⁵⁸ GUIMARÃES, Fernando Andersen, *Ob. Cit.*, p. 177.

⁵⁹Cf. MARCUM, John, *Ob. Cit.*, p. 16.

sofisticado. Esse conflito ficou conhecido como a Guerra de Yom Kippur. Os Estados Unidos demoraram uma semana até acionarem os dispositivos de socorro a Israel. A base das Lajes era a pedra basilar da estratégia americana. Por conseguinte, o governo americano solicitou o uso dos Açores. Portugal, inicialmente, declinou o pedido americano. O receio de represálias e a quase inexistente relação com Israel foram os motivos para a recusa. “Portugal não tinha reconhecido Israel e as suas relações com o Estado judaico eram discretas. Telavive atacava a política colonial de Lisboa mas dava apoios clandestinos ao Exército em matéria de contra-subversão, accionados por Moshe Dayan”⁶⁰.

A situação israelita era aflitiva. Perante a situação, o governo americano necessitava urgentemente da permissão para a utilização da base dos Açores e, para tal, fez um ultimato ao governo português. Portugal não teve outra solução senão permitir a utilização da base das Lajes como ponte aérea para Israel. O governo americano, consciente das represálias de que os portugueses podiam ser alvo, garantiu, através do Secretário de Estado, Henry Kissinger, que caso algum tipo de represálias fosse consumado, os Estados Unidos estavam dispostos a auxiliar Portugal. Após um jornal inglês, o *Financial Times*, ter noticiado a presença de funcionários da Gulf, em Lisboa, durante as negociações, especulou-se que seria a petrolífera a abastecer o território português.

A intervenção dos americanos a favor do Estado judaico foi fundamental, permitindo fazer recuar as tropas egípcias, que já haviam avançado quinze quilómetros dentro do território israelita. Este conflito tornou-se especialmente perigoso quando a União Soviética ameaçou intervir diretamente a favor do Egito e da Síria. Contudo, cerca de vinte dias após o início do conflito, em virtude, da intervenção da ONU acordou-se a realização de um cessar-fogo.

Apesar do acordo, os países que apoiaram Israel sofreram graves consequências, como o boicote da venda de petróleo por parte dos países do Médio Oriente, originando uma subida vertiginosa do preço do crude. Os países ocidentais ocuparam um lugar que nunca haviam preenchido, o de não controlar as reservas de energia do mundo. A situação foi particularmente difícil para Portugal, pois, para além das críticas à sua

⁶⁰ ANTUNES, José Freire, *Portugal na guerra do petróleo, os Açores e as vitórias de Israel em 1973*, Carnaxide, Edeline, 2000, p. 52.

política colonialista se terem intensificado, ainda se viu privado do importante mercado islâmico, donde importava 75 % do seu petróleo.

Tal como a *Financial Times* havia especulado, a forma encontrada pelo governo português para suprir parte das necessidades foi através de um apelo à Gulf para abastecer tanto a metrópole como as colónias. A petrolífera aceitou o pedido, comunicando “ao governo que forneceria no mínimo 1 milhão de toneladas de petróleo bruto de Cabinda a Portugal metropolitano, no período de dezembro de 1973 a novembro 1974, bem como 400 000 toneladas aos territórios ultramarinos”⁶¹. Por forma a salvaguardar os seus negócios no Médio Oriente, a companhia americana pediu o maior sigilo em relação à sua cooperação.

Em suma, durante a administração Nixon, houve uma maior aproximação dos Estados Unidos a Portugal. Washington entendeu a política de Portugal em África como um assunto interno, para além de não criticar o ultramar, esse território foi alvo de investimento das empresas privadas americanas. O governo americano optou por assumir uma posição neutral em relação ao colonialismo português. Porém, John Marcum entendia a neutralidade americana como uma participação indireta no conflito: “the option of total non-involvement really did not exist. To do nothing automatically helped «the stronger part» to suppress the weaker”⁶². A não intromissão americana nos assuntos relacionados com a África portuguesa e a renovação do contrato para a utilização da base das Lajes eram os interesses nucleares na relação entre os dois países. Com Nixon e Caetano na liderança dos Estados Unidos e de Portugal, respetivamente, esses objetivos foram alcançados.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 88.

⁶² MARCUM, John, *The politics of indifference: Portugal and Africa a case study in American Foreign Policy*, Nova Iorque, Syracuse University, 1972, p. 3.

2. Influência dos Estados Unidos no petróleo mundial

O final da década de 1850 marcou o início da exploração comercial de petróleo nos Estados Unidos, utilizada para iluminação. Com esta finalidade, formaram-se as primeiras grandes companhias de petróleo. No entanto, foi no início do século XX, com o surgimento dos automóveis alimentados a gasolina e o uso do petróleo como fonte de energia à indústria, aliado ao facto de esta substância, depois de refinada, dar origem a vários subprodutos, se ter tornado uma matéria-prima indispensável.

Durante a segunda metade do século XIX, surgiu a *Standard Oil* criada por John Rockefeller. O empresário americano investiu na indústria petrolífera, adquirindo refinarias e poços de petróleo, nos Estados Unidos, mas não só. A estratégia de Rockefeller passou também por adquirir empresas responsáveis por várias fases da exploração dessa substância, desde a perfuração, à refinação até à distribuição. Em 1890, a *Standard Oil* detinha um verdadeiro monopólio, “chegou, em poucos anos, a controlar 85% do mercado petrolífero”⁶³.

Contudo, em 1911, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos, com base na Lei Sherman de 1890 – esta lei regulava a concorrência entre empresas e combatia os monopólios – ordenou o desmantelamento da *Standard Oil*. Isto levou ao aparecimento de novas petrolíferas⁶⁴, já que “quase todos os estados dos E.U.A. adquiriram uma companhia *Standard* quando o «império» de Rockefeller, que ia de costa a costa, ruiu devido à legislação antimonopolista adoptada no princípio do século”⁶⁵.

No início do século XX, a utilização do petróleo como combustível em navios, em detrimento do carvão, originou uma revolução na estratégia naval tanto dos Estados Unidos como da Alemanha. A Inglaterra só implementou essa alteração, em 1911, por

⁶³Brandão, Luciana e Gerbase, Levi, *A importância do petróleo nas relações centro-periferia: um estudo comparado da diplomacia britânica e norte-americana para o Oriente na primeira metade do século XX*, p. 3, [acesso em 18 de janeiro de 2014]:

https://www.academia.edu/3658767/A_IMPORTANCIA_DO_PETROLEO_NAS_RELACOES_CENTRO-PERIFERIA_um_estudo_comparado_da_diplomacia_britanica_e_norte-americana_para_o_Oriente_Medio_na_primeira_metade_do_seculo_XX

⁶⁴ Das companhias criadas, três delas fizeram parte das sete maiores petrolíferas do século XX: a Standard Oil de New Jersey, mais tarde conhecida por “Exxon”; a Standard Oil de Nova Iorque, mais tarde denominada por Mobil; a Standard Oil da Califórnia tornou-se na Chevron.

⁶⁵ ODELL, Peter R., *O petróleo e o poder mundial*, Lisboa, Editora Odisseia, 1973, p. 12.

indicação de Winston Churchill, na altura Ministro da Marinha, ao perceber que utilizando o petróleo como combustível, os navios ganhavam mais velocidade, maior eficácia e capacidade de manobra. O sucesso desta inovação foi evidente durante a I Guerra Mundial.

Posto isto, as companhias petrolíferas, conscientes da importância do petróleo, tanto como combustível quanto como matéria-prima, começaram a deslocar-se para outros pontos do mundo com a finalidade de explorar campos petrolíferos estrangeiros. Em 1920, as sete maiores companhias mundiais “concordaram dividir as fontes de abastecimento com acordos explícitos, o que lhes permitiu repartir mercados, fixar os preços internacionais e discriminar operadores externos ao cartel”⁶⁶. A “sociedade” entre estas empresas, com o objetivo de controlar a indústria petrolífera mundial, concedeu-lhes, anos depois, a denominação de “sete irmãs”. As companhias que faziam parte deste grupo eram: a Esso, a Mobil, a Chevron, a Gulf, a Texaco, a British Petroleum (BP)⁶⁷ e a Royal Dutch Shell. As primeiras cinco companhias eram americanas. A Shell era um empresa anglo-holandesa, a maior percentagem do capital pertencia aos holandeses, porém, a sua sede estava em Londres. A BP era maioritariamente britânica, o Estado inglês detinha 49% do seu capital, no entanto, optou por não participar na política da empresa, apenas escolhia dois dos sete membros para o Conselho de Administração: “o Estado é uma espécie de sócio comanditário e contenta-se em deixar a BP actuar segundo os moldes das outras seis companhias petrolíferas internacionais privadas”⁶⁸.

A indústria petrolífera era considerada uma “invenção” americana por pessoas desse país, ligadas ao ramo. Os Estados Unidos rapidamente se tornaram nos maiores produtores, refinadores e consumidores de petróleo do Planeta. A maior parte das companhias estrangeiras seguiam a forma como os americanos organizaram essa indústria, e as técnicas utilizadas desde a pesquisa, a extração até à refinação. A Anglo-Dutch Shell, companhia inglesa que pertenceu às “sete irmãs”, reconhecia o modelo americano como o melhor do mundo, ao ponto de um dos requisitos para se atingir um cargo elevado dentro desta companhia ser a prestação de serviços durante algum tempo

⁶⁶ RODRIGUES, J. Caleia, *A geopolítica do petróleo: anatomia dos conflitos: diplomacias, seguranças, soberanias*, Lisboa, Atelier de livros, 2000, p. 102.

⁶⁷ Esta companhia foi criada em 1913, com a denominação de Anglo-Persian Oil Company. No entanto, o seu nome foi alterado por duas vezes: em 1935, foi modificado para Anglo-Iranian, e mais tarde, nos primeiros anos da década de 1950, para British Petroleum.

⁶⁸ ODELL, Peter R., *Ob. Cit.*, p. 13.

nos Estados Unidos. “Cada um dos administradores-gerais do grupo Shell foi envidado para trabalhar nos E.U.A. em diferentes fases da sua carreira”⁶⁹. Os Estados Unidos tinham uma grande influência nesta indústria, para além das companhias estrangeiras seguirem o seu modelo, a concessão da pesquisa e exploração de petróleo de vários países estava atribuída às petrolíferas desse país.

As “sete irmãs” aproveitaram as facilidades negociais com os países menos desenvolvidos para dominarem, durante a maior parte do século XX, a indústria petrolífera. As companhias tinham do seu lado poderosos governos, tecnologia avançada e capital para investir. Por conseguinte, os governos desses países sujeitavam-se às imposições dessas companhias, pela incerteza do desfecho da exploração, o que resultava em contratos desfavoráveis. Dessa forma, os contratos tornaram-se extremamente lucrativos para as companhias: pagavam uma pequena *royalty* aos países de acolhimento e em troca tinham o controlo sobre a produção e comercialização da maior parte do petróleo mundial, obtendo grandes lucros.

A estratégia de procurar novas reservas de petróleo em outras regiões do Globo resultou de forma excepcional. A Venezuela foi um dos primeiros casos de sucesso, pois nesse país foram encontrados “campos aptos a produzir mais de cinco milhões de toneladas de petróleo por ano”⁷⁰. As companhias americanas conseguiram rentabilizar rapidamente o investimento no estrangeiro pela facilidade em encontrar campos de petróleos. Em 1934, a Gulf Oil Corporation e a Anglo-Persian ganharam a concessão para a exploração de petróleo no Kuwait e, passados três anos, descobriram petróleo nesse país. O Médio Oriente, pelo grande potencial que tinha, foi, no final da 2.^a Guerra Mundial, alvo de investimento das “sete irmãs”. Para a exploração de petróleo na Arábia Saudita, a Exxon e a Mobil uniram-se a Chevron e a Texaco, formando a Arabian American Oil Company (Aramco). Este consórcio garantiu a concessão para a pesquisa e exploração dos recursos petrolíferos, de praticamente, todo aquele país. O sucesso da prospeção foi rapidamente alcançado. O consórcio começou, em pouco tempo, a produzir petróleo.

Em 1950, o petróleo tornou-se na principal fonte de energia do mundo desenvolvido, o baixo custo de importação desta matéria-prima foi a principal atração para os países da Europa Ocidental e o Japão. Quanto aos Estados Unidos, os níveis de

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 42.

consumo interno de petróleo superaram largamente a sua própria produção. O aumento da procura interna de petróleo, aliado aos baixos custos de importação, enfraqueceu a posição dos Estados Unidos como produtores e exportadores de petróleo. Isso resultou em protestos por parte dos produtores internos contra a competição estrangeira, argumentando que a dependência de petróleo externo podia ser prejudicial para o país, principalmente num ambiente de guerra fria. Com o aumento da pressão, o governo de Dwight Eisenhower teve de agir. A primeira ação do Presidente Eisenhower para fazer face a essa situação foi pedir a contenção voluntária por parte das companhias importadoras. Porém, só as grandes companhias acataram essa solicitação. As petrolíferas que começavam a explorar novos campos estrangeiros, beneficiaram do vazio de legislação que obstruísse com a sua ação, para conseguir obter maiores mercados.

Como resultado, as maiores companhias juntaram-se aos produtores internos na pressão sobre o governo para encontrar uma medida mais eficaz, por forma a resolver esse obstáculo. “Assim, em 1959 o Presidente Eisenhower introduziu quotas obrigatórias, tanto nas ramas como nos produtos derivados do petróleo, e encerrou efectivamente o mercado americano à livre entrada do petróleo do resto do Mundo (excepto do Canadá e do México, que foram excluídos das restrições com o fundamento de que as importações provenientes desses países não eram perigosas, pois não dependiam do transporte por mar)”⁷¹. Essa medida teve efeitos económicos tanto no interior como no exterior do país. A nível externo, a consequência dessa medida resultou na criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). A nível interno houve um maior protecionismo aos interesses das petrolíferas nacionais, proporcionando um nível superior de produção. Como aspeto negativo, a nova legislação originou um aumento do preço do petróleo pago pelo consumidor. Face a essa situação muitos consumidores optaram por outras fontes de energia em substituição do petróleo. Como tal, registou-se um aumento do consumo de carvão e de gás natural.

A medida aplicada pelo governo americano também beneficiou os refinadores nacionais, pois a este grupo era distribuída uma “senha”, a qual concedia o direito de importarem determinadas quantidades de petróleo estrangeiro. Como havia alguma diferença entre o custo do petróleo produzido nos Estados Unidos e o produzido no estrangeiro, os refinadores nacionais negociavam a compra de “senhas” por o custo

⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 43.

global dessa aquisição ser mais baixo do que a utilização do petróleo nacional. A importação do petróleo continuou a crescer, no entanto, a um ritmo muito mais lento do que o consumo dessa matéria-prima nos Estados Unidos. A ação do governo americano resultou, e os Estados Unidos conseguiram conservar o posto de maior produtor de petróleo do planeta.

2.1. Os americanos e o petróleo na Venezuela

Em 1914, com a descoberta do primeiro campo petrolífero importante em Mene Grande pela Caribbean Petroleum, empresa vinculada à Shell, foi iniciada a indústria petrolífera na Venezuela. O ímpeto dessa descoberta suscitou o interesse de várias companhias estrangeiras, porém, a I Guerra Mundial e as dificuldades em transportar as máquinas necessárias para a atividade de pesquisa e exploração contribuíram para o adiamento do desenvolvimento da indústria petrolífera. Os anos seguintes a esse conflito foram de preparação das leis reguladoras dessa atividade; para essa função o Presidente Juan Vicente Gomez Chacón nomeou o Ministro Gumersindo Torres. A legislação apresentada entre 1917 e 1920 não agradou às companhias estrangeiras por várias razões: “they complained that there was no guarantee that after exploration work had been done Congress would approve exploitation contracts. They thought the 200-hectare parcels too small, the 60,000-hectare minimum too restrictive, the thirty-year titles too short, the surface taxes and royalties too high, the limitations on transfers too severe”⁷². Face a isso, as companhias exerceram grande pressão junto do governo e chantagearam os proprietários de terras – os quais tinham permissão de arrendar os seus terrenos a empresas estrangeiras –, alegando não haver nenhuma proposta até à alteração da lei. Essa estratégia foi bem-sucedida, Gumersindo Torres foi demitido e foram convocadas três companhias americanas para ajudarem a formular uma nova legislação. Em 13 de junho de 1922, foi aprovada a nova legislação, que era um misto entre as práticas usadas nos Estados Unidos e as leis mexicanas.

Pela ajuda prestada na reformulação da legislação reguladora da indústria petrolíferas, as três companhias americanas – a Standard de New Jersey, mais tarde conhecida por Exxon; a Standard de Indiana, denominada por Amoco; e a Gulf Oil

⁷² LIEUWEN, Edwin, *Petroleum in Venezuela: a history*, Los Angeles, University of California Press, 1954, p. 26.

Corporation – obtiveram fabulosas concessões com termos extremamente favoráveis. “They were granted 40-years concessions of 10,000 hectares for a 10% royalty. The law also provided for low rentals, no regulations on offset drilling, exemptions from customs duties on imported equipment and a guarantee that there would never be additional taxes”⁷³. Durante o governo de Juan Gomez, a lei de 13 de junho de 1922 manteve-se sempre em vigor.

O Presidente venezuelano arranhou um fantástico esquema, permitindo-lhe enriquecer à custa da indústria petrolífera. Na lei de 1922 ficou previsto que as reservas naturais só eram postas no mercado quando Gomez assim o desejasse, e aí tanto as companhias nacionais como as estrangeiras tinham a oportunidade de fazer propostas para conseguir a concessão. A estratégia passava por, sempre que se iniciava um concurso público, mesmo antes de chegarem as propostas, já a concessão tinha sido entregue a uma companhia de Caracas fundada em 22 de junho de 1923, a Companhia Venezuelana de Petróleo. O Presidente da companhia era Lucio Baldó, “Gomez’ personal friend”⁷⁴ e os dois vice-presidentes eram Roberto Ramírez e Rafael González Rincones, “manager of the dictator’s business affairs, a close friend of Gomez”⁷⁵, respetivamente. A companhia de Caracas tinha escritórios em Nova Iorque e Londres, e aí vendia as concessões da Venezuela. As petrolíferas estrangeiras, ao aperceberem-se dessa situação, passaram a negociar diretamente com a companhia presidida por Lucio Baldó.

Por forma a conseguir uma maior oferta por parte das companhias estrangeiras, o Presidente venezuelano espalhava rumores sobre propostas de outras companhias, pondo assim umas contra as outras. Em 1924, foi noticiado o interesse de um grupo alemão em comprar um quarto da Companhia Venezuelana e desenvolver atividades de pesquisa numa reserva natural de 200.000 hectares. Contribuía para a veracidade desse rumor a teoria de que os alemães, desde o final da I Guerra Mundial, foram obrigados a assistir aos Estados Unidos, Inglaterra e a França a terem o controlo das reservas mundiais de petróleo, e agora era a sua vez. A simpatia de Juan Gomez pelos alemães dava consistência a essa notícia, o Presidente venezuelano foi pró-Alemanha no

⁷³ Committee of returned volunteers, *Gulf Oil Corporation: a report*, Nova Iorque, 1970, p. 13 [acesso em 20 de janeiro de 2014]: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-134-84-african_activist_archive-a0a7g4-b_12419.pdf

⁷⁴ LIEUWEN, Edwin, *Ob. Cit.*, p. 34.

⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 34.

primeiro conflito mundial. Por conseguinte, o boato desencadeou uma reação tanto dos ingleses como dos americanos por recearem perder as suas concessões. As companhias americanas pediram a ajuda do Governo. Washington interveio rapidamente, avisou o governo venezuelano que não admitia a alienação dos interesses americanos e os quais deveriam competir de forma igual com outras empresas estrangeiras nas futuras concessões de reservas naturais.

Pela voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Itriago Chacín, a Venezuela garantiu não haver necessidade para esse tipo de receios: “any suspicion of fear of confiscation in the sense which is insinuated... is without grounds”⁷⁶. O rumor do interesse alemão numa percentagem da Companhia Venezuelana foi suficiente para a Standard de Nova Jersey comprar essa empresa a concessão de reservas naturais. Após o negócio ter sido concluído, o rumor acerca do interesse alemão foi substituído pelo boato de que a Standard de Nova Jersey ia comprar todas as concessões da Companhia Venezuelana. Como resultado, as outras companhias americanas compraram concessões à empresa presidida por Lucio Baldó, com o receio da Standard de New Jersey ficar com o monopólio das concessões. “It became apparent that Gomez had arranged the whole affair. His plane had succeeded wonderfully”⁷⁷. A maioria das concessões foi comprada por companhias já com parcelas nesse país, mas o preço pago nas primeiras concessões foi muito inferior ao dos negócios posteriores aos boatos.

Em 1935, quando Juan Gomez morreu, a Venezuela era o segundo maior produtor de petróleo do Mundo. No entanto, entre 1919 e 1935, durante o governo de Gomez, a Venezuela apenas recebeu 120.000.000 de dólares provenientes dessa indústria, e o país tinha concessionado grande parte das suas reservas. O poder que pertencia ao Presidente venezuelano passou para o lado das companhias estrangeiras, por estas usufruírem de concessões bastante lucrativas.

Nos últimos anos de 1930 e durante toda a década de 1940, a Venezuela beneficiou de uma crescente procura por parte das empresas de petróleo, por dois motivos: i) a expulsão e expropriação das companhias petrolíferas no México, em 1938, e ii) pelo aumento da procura de petróleo nos Estados Unidos, como resultado da II Guerra Mundial e pela expansão económica do país. Consequentemente, a produção de petróleo na Venezuela teve um crescimento significativo num curto espaço de tempo;

⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 36.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 36.

em treze anos, entre 1936 e 1949, aumentou a produção, de 20 milhões de toneladas para mais de 90 milhões. Como a maior parte do crude era exportado, a Venezuela tornou-se no maior exportador de petróleo do mundo.

O sucessor de Juan Gomez, Eleazar López Contreras tentou aumentar as receitas ganhas pela Venezuela provenientes da exploração do petróleo. Todavia, só em 1942, com Isaías Medina Angarita no poder, é que o governo venezuelano teve um maior controlo sobre essa indústria e conseguiu implementar um novo imposto sobre o rendimento, obrigando a uma repartição “cinquenta-cinquenta” entre a Venezuela e as companhias. Esta medida foi um grande passo dado por um Estado na indústria do petróleo, a Venezuela foi o primeiro país do mundo a conseguir uma partilha a meias dos rendimentos das petrolíferas. Nos últimos anos da década de 1940, foi a vez dos trabalhadores venezuelanos dessa indústria alcançarem melhores condições. Em 1948, as companhias de petróleo melhoraram os contratos dos seus trabalhadores, “established a minimum daily wage of 14 bolívares (\$5.20) and provided for benefits in housing, medical care and vacations”⁷⁸. Nesse ano, as receitas da Venezuela provenientes da exploração do petróleo ascenderam aos 480 milhões de dólares, quatro vezes mais do que a recebida durante a ditadura de Juan Gomez.

Em 1947 aconteceram as primeiras eleições livres na Venezuela, que culminaram na vitória de Romulo Gallegos, candidato da Acción Democrática. Uma das atitudes defendidas era a nacionalização dos recursos do petróleo, a maioria dos membros desse partido tinham estado exilados no México, onde o petróleo já se encontrava nacionalizado. Em fevereiro 1948, Romulo Gallegos tomou posse como Presidente da Venezuela; no entanto, esteve poucos meses no poder. Durante esse período as petrolíferas cessaram o investimento e a produção foi estabilizada, enquanto os dirigentes das companhias procuravam uma forma de subsistir às medidas anunciadas pelo governo. Todavia, a Acción Democrática nem teve tempo de executar a anunciada nacionalização. A Junta Militar, em novembro, executou um golpe militar e a Venezuela passou a uma ditadura militar. Houve suspeitas acerca da ajuda de algumas companhias de petróleo nesse golpe militar: “there was also the curious presence of the American military attache in the general staff headquarters during the coup”⁷⁹.

⁷⁸ Committee of returned volunteers, *Gulf Oil Corporation: a report*, p. 14.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 14.

A nova ditadura imposta pela Junta Militar, com Pérez Jiménez na presidência, devolveu a garantia de que os investimentos por parte das companhias estavam seguros, e a produção voltou a aumentar rapidamente. A Venezuela era encarada por muitas companhias como um investimento bastante proveitoso, como consequência, eram várias as companhias interessadas em obter concessões nesse país. O Presidente venezuelano quis aproveitar essa cobiça, e “em meados de 50, organizou aquilo que constituiu um «grande leilão» de algumas áreas. Os proponentes a quem foi adjudicada a exploração pagaram cerca de \$1.500 milhões pelos direitos de exploração e de desenvolvimento e começaram a trabalhar”⁸⁰, com o objetivo de ultrapassar a produção de mais de 150 milhões de toneladas por ano.

Contudo, o governo de Pérez Jimenez não era apoiado por grande parte da população venezuelana, e mesmo antes das companhias iniciarem os trabalhos nas novas áreas concedidas, a ditadura militar foi derrubada. Em 1958, a Acción Democrática ganhou as eleições e voltou novamente ao poder, o novo Presidente era Rómulo Betancourt. Quando ainda estava no exílio, em 1956, escreveu o livro *Venezuela: Política y Petróleo*, defendendo um maior controlo da indústria petrolífera por parte do Estado. Por isso, tal como da primeira vez em que o partido esteve no poder, as intenções de nacionalizar a indústria petrolífera mantiveram-se.

Dessa vez, ao contrário de 1948, a Acción Democrática conseguiu adotar algumas medidas nesse sentido, “aumentando exorbitantemente os impostos sobre a indústria e apoiando a pressão que o pessoal das companhias de petróleo exercia, para obter ordenados muito mais elevados e benefícios marginais”⁸¹. Por já saberem quais os desígnios do novo governo, antes mesmo dessas medidas serem implementadas, as companhias tomaram atitudes semelhantes às da última vez em que a Acción Democrática esteve no poder: reduziram o investimento e abandonaram os planos de desenvolvimento. As empresas de petróleo, por forma a protegerem os seus interesses, equacionavam todo o tipo de alternativas, até as mais extremistas, “apoiando, se necessário, qualquer tentativa para derrubar o Governo pela força (...) ao fazê-lo, poderiam, em condições normais, esperar o apoio do Governo dos E.U.A., que agiria para proteger os investimentos americanos no petróleo e o seu abastecimento à nação,

⁸⁰ ODELL, Peter R., *Ob. Cit.*, p. 79.

⁸¹ Idem, *Ibidem*, p. 80.

de acordo com a sua política anunciada”⁸². Previa-se um novo conflito entre o governo e as companhias de petróleo.

Porém, Washington avisou as duas partes que essa seria a última atitude a ser tomada, por forma a salvaguardar os interesses americanos. Em particular, o governo dos Estados Unidos aconselhou as companhias a chegarem a um consenso com a *Acción Democrática*. O governo venezuelano deixou cair os planos de nacionalização, não só devido à pressão tanto das companhias como do governo americano, como também pela grande dependência económica do país em relação à indústria do petróleo. A Venezuela encontrava-se extremamente dependente das receitas provenientes da indústria petrolífera – esta “fornecia ao Governo mais de 60% de todas as suas receitas e contribuía com mais de 90% para o total das exportações da nação”⁸³. Sem este financiamento era impossível o governo conseguir concretizar os planos de reforma económica e social.

Deste modo, a crise foi ultrapassada e o governo dos Estados Unidos ficou muito agradado por se ter optado por uma solução pacífica, dado que, nessa altura, enfrentavam na área das Caraíbas dificuldades provocadas pela revolução de 1959, em Cuba, tornando o país comunista. Posto isto, Washington considerou a Venezuela como a pedra basilar da estabilidade política e um exemplo para os países dessa região, conseguindo desenvolver esforços conjuntos com as companhias petrolíferas, por forma a o governo venezuelano alcançar elevadas receitas provenientes desse sector, e assim, conseguir concretizar os seus desígnios.

Assim aconteceu. As companhias foram obrigadas a acatar as recomendações de Washington e tiveram de cooperar com um governo que não lhes inspirava qualquer simpatia. Desde 1958, as receitas do governo, provenientes do petróleo aumentaram. No entanto, a produção venezuelana de petróleo não manteve os níveis de evolução que registava. Dois motivos podem explicar o porquê dessa situação: i) o petróleo venezuelano tornou-se menos competitivo em muitos mercados do mundo, devido à mais lenta produção, e por isso mais caro do que o dos países do Médio Oriente, Norte de África e África Ocidental; ii) o governo venezuelano tomou medidas para restringir a produção de petróleo, queria diminuir a dependência económica da indústria petrolífera e reduzir a produção por forma a originar um aumento ou a estabilização dos

⁸² *Idem, Ibidem*, p. 33.

⁸³ *Idem, Ibidem*, p. 81.

ganhos do Estado por barril. Esse motivo foi um dos fatores que entusiasmou a Venezuela a ser membro fundador da OPEP.

2.2. Gulf Oil Corporation

A Gulf Oil Corporation teve a sua origem na descoberta do famoso poço de Spindletop que se verificou em 10 de janeiro de 1901, perto de Beaumont, no Texas. Um grupo de investidores uniram-se para promover a criação de uma refinaria em Port Arthur. O maior investidor desse grupo era William Larimer Mellon, cuja família era proprietária do banco Mellon. Os outros investidores eram clientes desse banco, e investidores no Texas.

É atribuída à petrolífera a promoção do conceito de venda de produtos de marca com a venda de gasolina em recipientes e bombas, marcados com um logotipo da empresa. Assim, um cliente ao comprar gasolina da marca Gulf assegurava a garantia de qualidade.⁸⁴ A petrolífera teve um grande crescimento entre a primeira e a segunda guerras mundiais. Começou a participar em todos os setores da produção de petróleo, desde a exploração, produção, transporte, refinação e comercialização de petróleo em bruto, de gás natural e dos seus derivados em todo o mundo.

A partir da década de 1920 começou a operar fora dos Estados Unidos e, tal como as maiores companhias americanas, a Gulf procurou por reservas de petróleo em outras partes do mundo. Após ter sido uma de três companhias americanas convocadas pelo Presidente venezuelano, Juan Gomez, para auxiliarem na criação de uma lei reguladora da atividade petrolífera nesse país, obteve concessões bastante lucrativas na Venezuela. O pico da produção foi atingido em 1927, com cerca de 100 000 barris por dia. Em 1929, a Gulf produziu 27% do petróleo venezuelano; nessa altura, esse país ocupava o segundo posto de maior produtor de petróleo do mundo. Os altos níveis de produção anual, aliados a concessões bastante benéficas para as companhias, permitiu que estas garantissem elevados lucros.

Em 1934, a Gulf assegurou a pesquisa de 50% das ações dos campos petrolíferos do Kuwait. De modo a explorar petróleo nesse país, a companhia criou uma subsidiária, a Kuwait Oil Company. O enorme potencial desse país no que respeita à existência

⁸⁴ Esta ação surgiu porque nos Estados Unidos, no início do século XX, a gasolina muitas vezes era contaminada ou de qualidade duvidosa.

dessa matéria-prima foi confirmado, em 1937, com a descoberta de petróleo em Burgan. Nesse ano, face aos avultados investimentos necessários para a produção de petróleo e ciente de que os campos petrolíferos do Kuwait eram extremamente prolíficos, a companhia vendeu parte da subsidiária que operava na Venezuela: “Jersey Standard bought a half interest in Gulf’s Mene Grande subsidiary and limited a Gulf to a production quota of 100 bbls. to every 345 bbls. produced by Jersey. Gulf’s share of Venezuela production fell to only 7%, but the \$100 million they received helped to develop their new Kuwait concession”⁸⁵. Esta opção revelou-se num enorme sucesso. Dos países onde a Gulf operava, este era o maior produtor. Para se ter uma ideia, em 1966, a Kuwait Oil Company, em média, produzia 1.305.319 barris por dia⁸⁶.

Após a segunda guerra mundial, a multinacional teve um enorme crescimento e começou a atuar praticamente em todo o mundo. Em 1959, a Gulf era a décima empresa americana com mais vendas e a terceira companhia americana de petróleo, só superada pela Standard Oil of New Jersey e a Mobil, ao ter registado vendas de quase três milhões de dólares. A companhia era uma das sete maiores petrolíferas do mundo que, antes da crise petrolífera de 1973, controlavam cerca de 85% das reservas mundiais de petróleo.

Nas duas últimas décadas do século XX, perderam o domínio dessa indústria, pela influência das empresas estatais de petróleo nas economias emergentes. Em 1984, a companhia deixou de ser uma empresa independente e fundiu-se à Chevron. Uma pequena percentagem da petrolífera também foi adquirida pela Cumberlans Farms que manteve o logotipo e a marca Gulf.

2.3. Nacionalizações na Bolívia

Nacionalização pode significar a apropriação pelos órgãos do Estado de uma indústria ou outra atividade económica anteriormente explorada por uma entidade privada. Tal situação ocorre quando as autoridades públicas transferem para si todo o património da empresa privada, e como compensação atribuem-lhes uma indemnização.

⁸⁵ “Gulf Oil Corporation: a report”, p. 13.

⁸⁶ Cf. IANTT, *Gulf Oil Corporation*, 1966, cota: AOS/CO/UL-58, p. 339.

Um Estado, normalmente, procede a uma nacionalização com o propósito de assegurar a justiça e a igualdade tanto sob o ponto de vista social como económico. O termo “nacionalização” desenvolveu-se sobretudo durante o século XX, ao longo desse século aconteceram várias práticas desse tipo, principalmente na indústria do petróleo: em 1938, no México; por duas vezes – em 1937 e em 1969 – na Bolívia. O governo boliviano procedeu à primeira nacionalização, em 1937, expropriando a Standard Oil de New Jersey, por esta companhia ter mostrado falta de cooperação e um comportamento hostil à Bolívia, durante a guerra do Chaco (1932-1935).

2.3.1. Nacionalização da Bolivian Oil Company

Em 1951, nas eleições presidenciais, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) apresentou como candidato Víctor Paz Estenssoro, uma das principais figuras do partido, ganhando as eleições. O governo de Víctor Paz teve um início impetuoso, pois decretou a nacionalização de todas as reservas mineiras do país e criou a empresa estatal denominada Comissão Mineira Boliviana (Comibol). Contudo, a fragilidade económica do país, aliada à enorme dependência da exploração do estanho e à falta de refinarias resultou em fracos montantes recebidos pelo governo. Das escassas receitas, o governo tinha ainda de deduzir as indemnizações às empresas nacionalizadas. Por conseguinte, o governo boliviano não teve capacidade financeira para as reformas que pretendia. Como tal, não prosseguiu a intenção de nacionalizar a indústria petrolífera e permitiu a entrada de investimento estrangeiro. O primeiro passo nesse sentido foi dado com o Código do Petróleo, de 1955, “que, apenas três anos após a revolução, [abriu] a possibilidade de investimentos privados junto à YPF⁸⁷, outorgava a prioridade da exploração petrolífera à Bolivia Gulf Company (subsidiária local da americana Gulf Oil Company)”⁸⁸. A Bolivian Gulf garantiu um contrato de concessão de quarenta anos. O MRN cedeu na luta contra o domínio da indústria do petróleo pelas petrolíferas.

Em 26 de setembro de 1969, o governo do MRN foi derrubado após um golpe de Estado executado pela junta militar liderada pelo General Alfredo Ovando Candía. O

⁸⁷ Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia, empresa estatal criada em 1937, durante o governo do Coronel David Toro.

⁸⁸ Câmara, Marcelo Argenta, *Bolívia – a luta para ser nação*, Câmara, História Viva, 2006, p.1 [acesso em 3 de fevereiro de 2014]: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/bolivia_-_a_luta_para_ser_nacao.html

novo governo boliviano não hesitou em proclamar uma guerra contra o imperialismo, abolindo o Código do Petróleo. As consequências dessa nova política não tardaram em aparecer. Em 17 de outubro de 1969, o General Alfredo Ovando Candía, insatisfeito com a desigualdade dos rendimentos provenientes da exploração de petróleo, tendo em conta os “grandes lucros que a Gulf recebia em comparação com a modesta participação fiscal do governo”⁸⁹, ordenou a expropriação da subsidiária da Gulf Oil Corporation. Nessa altura, a Bolivian Gulf tinha uma produção de cerca de 32 000 por dia, equivalendo a 80% do total do petróleo boliviano. No entanto, em comparação com outros países da América do Sul, as receitas bolivianas provenientes da indústria do petróleo eram muito baixas: “Bolivia was receiving only a 33.5% share of those profits and 11% of the wellhead production (...) in Venezuela or Columbia where 70% and 60% respectively, of those profits go to host country”. Esse facto gerava a insatisfação de grande parte da população.

O principal interesse da Gulf nesse país devia-se à exploração de gás natural. Para tal, iniciou a construção de um gasoduto com vários quilómetros, que ia desde Santa Cruz a Yacuiba, no Norte da Argentina, esperava-se a conclusão desse empreendimento em 1970. “O projecto de 45 milhões de dólares (...) [era] uma operação conjunta da Gulf, a agência petrolífera do governo boliviano e a Argentina”⁹⁰. Esse gasoduto também foi nacionalizado. Como consequência, o Banco Mundial, que, financiava a construção, recusou-se a libertar mais fundos para essa operação, parando assim a obra. Contudo, a Bolívia contou com vários apoios para concluir esse projeto, a Argentina mostrou-se disposta a continuar o projeto e ofereceu-se para ficar com a parte da Gulf, bem como o fornecedor alemão de tubos para o gasoduto, que se disponibilizou para prosseguir com o abastecimento de material, mediante um novo crédito. A questão do crédito foi solucionada por empresários mexicanos⁹¹. Esta cooperação solucionou um dos graves problemas das nacionalizações, a falta de capital do Estado para investir.

Executada a expropriação da Bolivian Gulf, E. D. Brockett, Presidente da Gulf Oil Corporation, apelou à emenda Hickenlooper. De acordo com esta lei, Washington deveria suspender todas as ajudas económicas aos países que nacionalizassem as

⁸⁹ “Gulf foi encampada porque não dava lucro diz Ovando”, *Correio da Manhã*, 19 e 20 de outubro de 1969, p. 2:
http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=104813&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#

⁹⁰ “Gulf Oil Corporation: a report”, pp. 17-18.

⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 18.

propriedades das companhias americanas. A Bolívia recebia cerca de 15 milhões de dólares por ano, como ajuda dos Estados Unidos. As represálias por parte da Gulf não se ficaram por essa medida. O Presidente da companhia americana anunciou um embargo à compra do petróleo boliviano nacionalizado. As grandes corporações petrolíferas controlavam o mercado do petróleo, e esta era uma medida recorrente sempre que havia alguma nacionalização.

Face a essa situação, a Bolívia tentou vender o seu petróleo ao Chile e à Argentina. No entanto, as características do petróleo boliviano não eram as de que esses países necessitavam: “Bolivia’s oil is «sweet», more adaptable for refining to gasoline than to fuel oil, wich is what her neighbors need”⁹². Sem mercados para onde vender o petróleo, o governo boliviano foi abrigado a reduzir a produção. Para agravar a situação, os Estados Unidos ameaçaram “despejar” as suas reservas de estanho no mercado mundial, o que resultaria na queda acentuada do preço do principal produto exportado pela Bolívia. Caso essa medida fosse realmente consumada, o governo boliviano iria enfrentar uma grave instabilidade interna.

Sem vislumbrar nenhuma outra solução, o General Alfredo Ovando Candía solicitou à petrolífera que negociassem um valor para a indemnização. A Gulf aceitou e fixou o preço da indemnização em 150 milhões de dólares. Como resposta, a Bolívia sugeriu dar esse valor sob a forma de petróleo. A companhia americana recusou essa oferta com o argumento “we don’t buy crude – we sell. To pay compensation to ourselves from our own crude didn’t seem reasonable”⁹³. O governo boliviano ficou sem alternativas, devido à intransigência da Gulf, e por não ter nenhum mercado para abastecer.

Assim, seis meses após a nacionalização, face às dificuldades em comercializar o seu petróleo, a Bolívia começou a negociar com o governo espanhol através da unidade estatal, Instituto Nacional de Industrias, e de um grupo de empresas privadas, entre elas a Gulf, a aquisição das antigas concessões da companhia americana. Em troca a Espanha disponibilizou-se a terminar a construção do gasoduto. A responsabilidade da venda de petróleo a nível internacional ficou a cargo da Bolívia e da empresa estatal espanhola, Camba. Para a gestão dos campos petrolíferos bolivianos foi criada uma comissão composta por cinco elementos: três bolivianos, um deles ocupando a

⁹² Idem, *Ibidem*, p. 18.

⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 19.

presidência dessa comissão; e dois representantes da Camba. Para se tomar qualquer tipo de decisão eram necessários quatro- quintos dos votos, mas a Espanha tinha o poder de veto. O tratamento do crude manteve o procedimento utilizado antes da nacionalização: “exported through the porto of Arica in Chile to Gulf’s refinery near Los Angels just as it had been under Gulf’s previous control”⁹⁴. O acordo entre esses dois países agradou à Gulf. A companhia americana usufruía de uma boa relação com o governo espanhol e, por isso, de certa forma continuava a controlar o petróleo boliviano.

Quanto à indenização que o governo boliviano tinha de pagar à petrolífera americana, embora, a Gulf, de início, tivesse pedido uma compensação de 150 milhões de dólares pelo investimento e lucros futuros, ficou acordado o valor de 78,6 milhões de dólares como compensação pela nacionalização.

Os países produtores, quando nacionalizavam, não conseguiam controlar o petróleo produzido no seu país, devido à grande influência das companhias na indústria mundial do petróleo e por contarem com a proteção de países como os Estados Unidos. Para além disso, a grande maioria dos países com reservas de petróleo, tinham economias extremamente débeis e dependiam das receitas provenientes dessa indústria. Por isso, quando a nacionalizavam, não tinham poder financeiro para investir.

2.4. Afirmação dos países produtores de petróleo

Durante a década de 1950, os Estados Unidos sentiram a ameaça da perda de influência na indústria do petróleo devido ao rápido aumento da importação desse produto. Como consequência a produção interna baixou e houve uma maior dependência do petróleo estrangeiro. Contudo, o governo americano soube dar a volta a essa situação, impondo quotas de importação. Nas primeiras décadas do século XX, as companhias americanas, cientes da importância do petróleo no mundo, encetaram a procura de reservas de petróleo em outros pontos do planeta. A estratégia destas companhias passava por obter fornecimentos de ramas no estrangeiro a baixo preço e enviar para os Estados Unidos, por forma a tirar maior rentabilidade da exploração da refinação nesse país. Nessa altura, tal como já foi referido anteriormente, essas

⁹⁴ CD25A “Gulf Oil: a study in exploitation”, Committee of returned volunteers, Nova Iorque, abril de 1971, cota: DC25A/H.C.S.A./SC/SSC/001, p. 19.

companhias beneficiaram de um conjunto de fatores para celebrar contratos de pesquisa e exploração, pagando quantias muito baixas aos países que as acolhiam.

Os primeiros anos após a 2.^a Guerra Mundial registaram um aumento do consumo de petróleo no mundo, e em 1950, já era a maior fonte de energia do planeta. Os países produtores de petróleo, em que a concessão da exploração desse produto estava entregue a companhias estrangeiras, cientes da importância desse produto no mundo e numa altura em que se vivia uma luta contra todos os tipos de colonialismo, encaravam o controlo exercido por essas companhias como um colonialismo económico. Por forma a deterem um maior domínio e proveito dessa indústria, exigiram a renegociação dos contratos. A revisão dos contratos permitiu aos governos acolhedores aumentar os ganhos provenientes da exploração de petróleo: “redefiniram a base negocial do pagamento das *royalties* e criaram um novo imposto sobre o rendimento das operações nos seus países, [o que admitia] uma divisão dos rendimentos a cinquenta-cinquenta, entre as companhias exploradoras e os respectivos governos de acolhimento”⁹⁵. Com isto, os governos recetores alcançaram um aumento significativo das receitas, de quase 500%⁹⁶. Em alguns casos, os países produtores mais importantes foram mais longe e, para além de renegociarem os contratos de concessão com o objetivo de aumentar as suas receitas, também propuseram que as operações das companhias fossem dirigidas por um consórcio do qual o Estado fizesse parte.

Entre os finais da década de 1950 e início da década de 1960, os países recetores incentivaram a concorrência às sete maiores companhias: convidaram outras empresas menos importantes a operarem nos seus territórios; recusaram a autorização para expandirem as suas operações a essas companhias; e a maioria dos países da América do Sul criaram empresas nacionais para a exploração de petróleo nos seus territórios, atitude que foi seguida por vários países de África e da Ásia.

Este protecionismo tornou-se mais evidente quando a implementação das quotas de importação nos Estados Unidos teve como efeito uma diminuição das exportações por esse país, e com isso obrigou as sete maiores companhias petrolíferas a terem de procurar novos mercados para comercializarem os seus produtos. Isso levou a uma maior concorrência entre as “sete irmãs” e outras companhias que procuravam também ganhar o seu espaço no plano internacional. Para tal, essas companhias começaram por

⁹⁵ RODRIGUES, J. Caleia, *Ob. Cit.*, p.103.

⁹⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 103.

vender as ramas a refinadores independentes a um preço mais baixo do que o vendido pelas maiores companhias internacionais, e mais tarde começaram por construir as suas próprias refinarias por forma a poder oferecer aos seus clientes uma maior variedade de produtos. Como resposta, as “sete irmãs”, reduziram os preços dos seus produtos, sempre que necessário, situação que se refletiu numa diminuição dos lucros.

2.4.1. Criação da OPEP

As petrolíferas não foram as únicas prejudicadas com esta disputa, pois os governos que as acolhiam também foram lesados “pelas tentativas das companhias para refrearem e até reduzirem os seus pagamentos, por cada barril de petróleo (...) que consequentemente viram ameaçadas as suas receitas e economia”⁹⁷. Para fazer face a essa situação os governantes dos países recetores começaram a cooperar entre si. Os cortes nas receitas provocadas pela redução dos preços foram os catalisadores para um encontro, em 1960, entre os representantes dos cinco maiores exportadores mundiais de petróleo – Irão, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. Dessa reunião resultou a criação da OPEP, com a finalidade de proteger os preços de comercialização do petróleo e as receitas recebidas pelos governos que pertenciam a essa organização. A OPEP, mesmo tendo conseguido aumentar o número de países membros, de cinco para treze, durante a década de 1960, e nesse período responsável por cerca de 85% das exportações mundiais de petróleo, não conseguiu alcançar os objetivos propostos aquando da sua fundação. O insucesso dessa organização pode ser explicado por duas razões: a primeira era porque “estes países não dispunham, de facto, do seu petróleo, que estava entregue às grandes companhias que detinham o poder de decisão” de todas as fases da exploração dessa substância; e a outra devia-se “as rivalidades e discórdias políticas existentes entre os países da OPEP”⁹⁸. Contudo, os preços não voltaram a baixar, a primeira década de existência dessa organização serviu para esses países ganharem experiência a cooperar entre si.

Assim, na década seguinte, a OPEP conseguiu, finalmente, tornar-se num verdadeiro instrumento ao serviço dos países produtores, permitindo a estes uma

⁹⁷ ODELLI, Peter R., *Ob. Cit.*, p. 49.

⁹⁸ PULIDO, João Garcia e FONSECA, Pedro, *O petróleo e Portugal: o Mundo do petróleo e o seu impacto no nosso país*, Lisboa, Tribuna da História, 2004, p. 70.

crescente influência na determinação da produção e dos preços. Em 1973, a Guerra de Yom Kippur, fez emergir o poder do petróleo como arma política. O embargo imposto pela maioria dos países da OPEP a países como os Estados Unidos, Holanda, Portugal e África do Sul, fez quadruplicar, no ano seguinte, o preço do petróleo. “O poder do petróleo como instrumento político, além de provar as fraquezas estruturais da *détente*, como notou o israelita Abba Eban, deu aos membros da [OPEP] a sensação triunfal de que daí em diante condicionariam o futuro das nações industriais do Norte”⁹⁹. A força demonstrada por esta organização contrastou com a falta de eficácia das sete maiores companhias petrolíferas.

3. Prospecção de petróleo no território português

A pesquisa de petróleo na metrópole portuguesa, em espaço *onshore*, foi iniciada em 1844, por alvará de 27 de março desse ano. A prospecção aconteceu em Pataias, concelho de Alcobaça. Durante a primeira metade do século XX, foram várias as regiões que manifestaram a existência de petróleo, como: Monte Real, Pedras Negras, Canto de Azeche, no distrito de Leiria; Torres Vedras, Alenquer, Vila Franca de Xira, Belas, no distrito de Lisboa; Loulé e Guilhim, distrito de Faro. Esse facto suscitou o interesse de grandes empresas internacionais – a Mobil e a empresa petrolífera francesa Compagnie des Pétroles France-Afrique – em estabelecer um contrato de prospecção com Portugal. No entanto, as pesquisas nunca revelaram indícios de petróleo em quantidade economicamente explorável.

A partir de 1967, a necessidade das companhias petrolíferas em encontrar novas fontes de produção provocou o interesse de cerca de trinta empresas pelo *offshore* do continente metropolitano de Portugal. Entre as interessadas estavam grandes corporações internacionais como a Esso Exploration, a Texaco, a Gulf Oil Corporation, a Standard Oil of California, a Anglo-American Corporation of South-Africa e a Mobil Oil. Por forma a regulamentar a atividade de pesquisa e exploração de petróleo na

⁹⁹ ANTUNES, José Freire, *Portugal na guerra do petróleo: os Açores e as vitórias de Israel em 1973*, Carnaxide, Edeline, 2000, p. 11.

plataforma continental metropolitana foi publicado, em 30 de setembro de 1967, o decreto n.º 47.973. Para efeitos de concessão, a área do subsolo da plataforma foi dividida em 280 blocos com cerca de 100 km² cada um. As companhias tinham a permissão de deter a concessão de mais de um bloco. As concessionárias ficavam com o “direito exclusivo de pesquisa e exploração por um período inicial de seis anos e um período posterior de quarenta anos que, em circunstâncias especiais, [podia] ser renovado”¹⁰⁰. Dadas as previsões pouco otimistas de se encontrar petróleo na costa portuguesa, o Estado optou por cobrar uma taxa mínima de 11% sobre o valor do petróleo extraído.

Com a finalidade de se selecionar as companhias que iriam obter concessões, foi dado, inicialmente, um prazo de três meses a contar a partir de 17 de março de 1969, às empresas interessadas para apresentarem as suas propostas, no entanto, estas pediram uma prorrogação do prazo. A solicitação foi aceite e o prazo foi alargado até 16 de setembro desse ano. Após a apresentação das propostas, foram concedidos blocos para a pesquisa e exploração de petróleo a nove companhias: “Shell, Esso Exploration, Anglo-American Corporation of South Africa, Texaco, Phillips Petroleum Services, Superior Oil Internacional, Mobil Oil, Standard Oil of California e Amoco Portugal Petroleum Company”¹⁰¹. Tal como as provisões haviam anunciado, as pesquisas não encontraram petróleo economicamente explorável na costa portuguesa.

A África portuguesa também foi alvo de grande interesse por parte das maiores companhias mundiais, obtendo concessões de pesquisa e exploração nesses países. Deve destacar-se Angola por ter sido o território onde se alcançou maior sucesso nas descobertas de reservas de petróleo, através da concessão entregue à Cabinda Gulf Oil, subsidiária da companhia americana Gulf Oil Corporation.

3.1. Petróleo em Angola

A questão acerca da existência de petróleo em Angola, já era difundida desde 1767. No século seguinte, deu-se a primeira prospeção dessa matéria-prima, sem resultado. Em 1916, surgiu a Companhia do Petróleo de Angola para a pesquisa de

¹⁰⁰ AYASH, Moisés Levy, *O petróleo no espaço português: estudo de mercado*, Lisboa, Secretariado da Presidência do Conselho, 1970, p. 7.

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 16.

hidrocarbonetos. Associou-se, três anos mais tarde, à Sinclair Consolidated Oil Corporation, que assumiu a direção da prospeção nos vinte anos seguintes, desenvolvendo um longo trabalho. Apesar de alguns bons indícios, em 1937, abandonou as pesquisas.

Após o insucesso dessas pesquisas, Angola só voltou a ser alvo de novas prospeções em 1952, pela “Companhia de Combustíveis do Lobito, que tinha assegurado o apoio técnico e financeiro da sociedade belga Petrofina”¹⁰². As pesquisas feitas por estas companhias foram, curiosamente, efetuadas nas mesmas zonas de atuação da Sinclair, mas, ao contrário dessa companhia, estas empresas contavam com meios técnicos e científicos mais aperfeiçoados e eficientes. De tal modo que não foram necessários muitos anos até se descobrir o primeiro poço de petróleo, em 1955, o poço de Benfica-2, que marcou o início da exploração dessa matéria-prima em Angola.

Em 22 de outubro de 1957, o governo português constituiu a sociedade exploradora denominada Companhia Concessionária de Petróleos de Angola (COPA), mais tarde conhecida como Companhia de Petróleo de Angola (Petrangol). Após a sua constituição, a Petrangol foi autorizada a construir uma pequena refinaria em Luanda, com a capacidade anual de 100.000 toneladas. A refinaria de Luanda sofreu sucessivas ampliações e, em 1969, tinha a capacidade de tratar 650.000 toneladas por ano.

A Província alcançou a autossuficiência em derivados do petróleo em 1961, com a descoberta do jazigo de Tobias. Este resultado foi conseguido após vários anos de pesquisas exaustivas. O governo português tinha interesse em imprimir uma maior dinâmica na prospeção de petróleo em Angola. Assim, perto do final do contrato da Petrangol, nas negociações que culminaram com a assinatura de um novo contrato, em 1966, Portugal inseriu uma cláusula nesse vínculo que permitia a associação nas atividades da Petrangol de outras entidades interessadas, em regime de «joint venture». Nesse mesmo ano, ao abrigo dessa cláusula, a Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos (ANGOL) aliou-se à Petrangol, “de que resultou imediatamente um acréscimo dos montantes a investir em pesquisa e desenvolvimento”¹⁰³. Esta parceria foi um sucesso. Entre maio de 1966 e março de 1968, descobriram-se três campos petrolíferos: Mulenvos Norte, Mulenvos Sul e Quenguela Norte.

¹⁰² Idem, *Ibidem*, p. 23.

¹⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 23.

3.1.1. Cabinda Gulf Oil Company

A Cabinda Gulf Oil Company, subsidiária da companhia americana Gulf Oil Corporation, iniciou, em 1954, as pesquisas de petróleo em Angola. Porém, só três anos depois é que o governo português lhe outorgou a “concessão exclusiva de pesquisas e exploração de jazigos de carbonetos de hidrogénio e produtos afins no distrito de Cabinda”¹⁰⁴, através do decreto 41 180 de 9 de julho de 1957. Essa não era a única concessão da Gulf no Ultramar. Em 1948, o governo português celebrou um contrato com a Mozambique Gulf Oil Company, subsidiária da companhia americana, concedendo-lhe a exclusividade da prospeção de hidrocarbonetos sólidos, líquidos e gasosos em Moçambique. Contudo, após dez anos de pesquisas, a petrolífera não descobriu qualquer jazigo explorável, e em 31 de dezembro de 1958 o contrato terminava. As duas partes, impelidas por razões distintas, mostraram-se interessadas em encetar negociações por forma a renovar esse vínculo: o governo português queria reformular o valor da renda das áreas concessionadas; e a Gulf rentabilizar os 240.000 dólares que tinha investido em pesquisas. Assim, em 31 de julho de 1958, o governo português autorizou a concessão da exclusividade de pesquisas à Mozambique Gulf Oil Company em associação com a Mozambique Pan American Oil Company, subsidiária da Pan American International Company. Com esta parceria a Gulf corria menos riscos, caso as pesquisas não fossem bem sucedidas. Nesse vínculo, Portugal estipulou o pagamento de uma renda no valor de 2.860.000 escudos. Esse imposto não tinha sido cobrado em nenhum dos contratos anteriores, e essa era a razão pela qual o governo classificava este negócio como danoso.

Após treze anos de pesquisas, começaram a surgir os primeiros resultados, as duas concessionárias descobriram o campo de gás natural de Pande, em 1961, e em 1967, o campo de Temane. O início da exploração do gás descoberto estava previsto para a década seguinte. No entanto, essa tarefa tornou-se impossível, devido à guerra em Moçambique.

Em Angola, o início da guerra colonial, em 1961, também afetou, ainda que de forma temporária, as atividades da Cabinda Gulf Oil: “as early as 1961, armed

¹⁰⁴ Decreto nº 41 180, *Diário do Governo, I Série, número 154*, 9 de julho de 1957, p. 1 [acesso em 5 de fevereiro de 2014]: <http://www.dre.pt/pdf1s%5C1957%5C07%5C15400%5C07010701.pdf>

insurgents against Portuguese control had temporarily captured most of Cabinda province, forcing Gulf to suspend its exploration activities”¹⁰⁵. Os acontecimentos desse ano levaram a uma redução brusca das atividades da companhia. As despesas anuais de exploração que, desde 1958, atingiam cifras na ordem dos 30 a 40 mil contos por semestre, reduziram-se ao ponto de, no segundo semestre de 1962, pouco excederem os 600 contos. Estava-se, então, no termo do primeiro período da concessão.

Em 1962, o contrato foi renovado e ficou prevista a prorrogação do vínculo por dois períodos de dois anos. A partir dessa altura, as atividades de pesquisa intensificaram-se. Em 19 de dezembro de 1966, foi assinado um novo contrato, no qual a área de concessão foi alargada à zona marítima, englobando o leito do mar até à isóbata de 200 metros. Ainda nesse ano, foi descoberto o primeiro poço de petróleo economicamente explorável, começando a produzir em novembro de 1968. Os administradores da Gulf consideravam Cabinda como uma das reservas mais importantes e com maior potencial detidas pela companhia: “Cabinda has the potential of becoming the fourth largest oil producer in Africa”¹⁰⁶. As perspetivas iniciais eram de se atingir a marca de 100.000 barris por dia, marca que foi largamente ultrapassada, em 1971.

As ramas de petróleo extraídas tanto pela Gulf como pela Petrangol-Angol colocaram Angola no 19.º lugar dos maiores produtores mundiais de ramas de petróleo e no 4.º lugar no Continente Africano. Ao nível da balança económica de Angola, o petróleo ganhou uma importância significativa, num curto espaço de tempo. Em 1968, apenas representava 0,1% do valor global exportado por esse país. No ano seguinte, disparou para cerca de 5% das receitas de exportação da colónia. Em 1973, o petróleo ultrapassou o café como primeiro produto exportado por Angola.

¹⁰⁵ KLINE, John M., *Ethics for international business: decisions making in a global political economy*, Nova Iorque, Routledge, 2010, p. 58.

¹⁰⁶ Centro de documentação 25 de abril (CD25A) “Gulf Oil Company: portuguese ally in Angola”, *Corporate Information Center of the National Council of Churches*, Nova Iorque, 1972, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/007, p. 3.

3.2. Gulf em Angola

No início da década de 1970, várias foram as empresas que, interessadas nas riquezas naturais de Angola, solicitaram junto do governo português concessões nessa província. No entanto, o maior investidor singular nesse país continuava a ser a Gulf Oil Corporation, com 75% do interesse americano em Angola. Ao contrário do petróleo extraído pela Petrangol, que ia diretamente para a refinaria de Luanda, a maior parte do crude da Gulf era exportado para outros países: “das 6 279 985 toneladas de petróleo bruto produzidas em 1972, somente 80 790 abasteceram a refinaria de Luanda: o restante foi exportado para o Canadá, Estados Unidos, Japão e, menos significativamente, para Portugal, Espanha e Dinamarca”¹⁰⁷.

A forma como as multinacionais dos Estados Unidos operavam nos países de terceiro mundo, enriquecendo uma minoria privilegiada e ignorando a falta de condições e a pobreza que assolavam grande parte da população desses países, foi alvo de crítica por parte de várias associações americanas, principalmente a partir do final da década de 1960. A Gulf suscitou uma grande atenção negativa por parte dessas agremiações, devido ao elevado volume de negócios num país que travava uma guerra, desde 1961, com a finalidade de obter a independência. A petrolífera era “criticada por funcionar como uma bolsa de resistência do sistema ultramarino português e por influenciar os círculos de decisão política em Washington a favor de Caetano”¹⁰⁸. A petrolífera tinha uma relação de colaboração tanto com o governo português como com o governo americano. Prova disso foi o vice-presidente da Gulf responsável pelas relações governamentais, Claude C. Wild, Jr., ter utilizado fundos da empresa para financiar ilicitamente, em 1972, a campanha eleitoral do Presidente Nixon¹⁰⁹.

3.2.1. Como operava

As companhias americanas investiam vários milhões de dólares, afetando económica, política e socialmente os países destinatários desses montantes, garantindo

¹⁰⁷ ANTUNES, José Freire, *Os americanos e Portugal: Nixon...*, p. 212.

¹⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 213.

¹⁰⁹ Cf. “Shlensky v. B.R. Dorsey”, Open jurist, 1978, p. 1 [acesso em 10 de fevereiro de 2014]: <http://openjurist.org/574/f2d/131/shlensky-v-b>

um grau de influência elevada sobre os governos desses países. Os lucros das multinacionais superavam os orçamentos de muitos países: “the annual revenue of Gulf Oil Corporation is approximately ten times the national budget of Nigeria, the largest and one of the most affluent of African countries – one in which Gulf has major operations”¹¹⁰. A Gulf começou a investir em países estrangeiros, a partir da década de 1920, operando nessas nações através de subsidiárias, nas quais empregava, na sua maioria, cidadãos nacionais, e os governos locais ficavam com a maioria dos lugares do conselho de administração. Essa prática beneficiava mais a companhia do que o país, pois, ao ocupar os cargos executivos, a elite local favorecia os interesses da subsidiária contra algum tipo de ameaça, tal como as nacionalizações.

Para além disso, as petrolíferas justificavam o investimento nesses países com o argumento de promoverem o desenvolvimento económico. Porém, os únicos beneficiados eram uma pequena minoria: os militares, os funcionários do governo e a elite local. Os grandes investimentos feitos pelas companhias eram salvaguardados ao agradarem à minoria que administrava e assegurava a segurança do país: “with enormous capital resources and technical expertise such as Gulf has, have inevitable political consequences – not always salutary. They often deal with governments either too weak, corrupt, repressive or unrepresentative to be able or willing to see to it that all or most of their citizenry do indeed «profit» from the exploitation of their country’s wealth”¹¹¹. A maioria dos países onde a Gulf tinha concessões era dirigida por regimes ditatoriais. Esse facto não era coincidência, pois as petrolíferas necessitavam de administrações opressivas e reacionárias, por forma a terem os seus investimentos livres da ameaça da nacionalização, e como as principais receitas desses países provinham da indústria petrolífera, as companhias gozavam de uma grande influência política pela relação de colaboração com o governo.

Ainda assim, os países tentavam garantir algum poder de decisão na exploração de petróleo. No caso de Angola, no vínculo assinado, em 1957, entre o governo português e a Gulf, o 28.º artigo, na alínea e), estabelecia que as deliberações da assembleia geral fossem tomadas por maioria de 85% dos votos correspondentes ao

¹¹⁰ CD25A, “Gulf Oil: a study in exploitation”, Committee of returned volunteers/ New York, Nova Iorque, abril de 1971, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/001, p. 1.

¹¹¹ OLIVEIRA, Ricardo Soares de, *Oil and politics in the Gulf of Guinea*, Londres, Hurst and company, 2007, pp. 9-10.

número total das ações¹¹². No entanto, a última palavra sobre onde e quando investir era da empresa-mãe. Nas votações relevantes prevalecia o interesse da multinacional. A Cabinda Gulf Oil gozava de enorme liberdade na exploração de petróleo: “the company was free to decide the level of production as well as the storage and sale of whatever it found in concession zone”¹¹³. Desde que foi descoberto petróleo em Cabinda, a relação entre a Gulf e o governo português foi de uma grande proximidade, contribuindo assim para os protestos e acusações contra a petrolífera por colaborar a favor dos portugueses na guerra colonial.

3.2.2. Colaboração entre a Gulf e Portugal

Em 1957, o mal-estar entre brancos e negros na África portuguesa começou a ser cada vez mais evidente, ao ponto do governo português ter aumentado nesses países o número de agentes da PIDE. Nesse mesmo ano, a Gulf e Portugal assinaram o primeiro acordo de concessão de pesquisas em Cabinda, promulgado pelo decreto n.º 41.180 de 9 de julho de 1957, e no seu artigo 11.º estipulou-se que o Governo de Angola tinha o direito de preferência sobre a compra da percentagem máxima de 37,5% do crude extraído e arrecadado nessa região pela petrolífera americana. Para além disso, na alínea 7 desse mesmo artigo, acordou-se que, caso Portugal estivesse envolvido numa guerra, essa percentagem podia ser aumentada para o total da produção. Contudo, em 1948, quando a Gulf assinou o primeiro contrato de concessão com o governo português, dessa vez permitindo a prospeção em Moçambique, essa cláusula do direito de preferência não foi estipulada, só figurando dez anos depois, altura em que a concessão foi renovada através do decreto n.º 41.766, de 31 de Julho de 1958.

Ao nível do financiamento, durante a década de 1960 e no início da década seguinte, a companhia americana cooperou várias vezes com o governo português. Desde 1964 que Portugal esteve envolvido em três guerras: em 1961, começou o conflito em Angola; em 1963, na Guiné-Bissau; e em 1964, em Moçambique. Por

¹¹² Cf. “Decreto nº 41 179”, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 9 de julho de 1957, p. 706.

¹¹³ OLIVEIRA, Ricardo Soares de, *Ob. Cit.*, p. 173.

consequente, a guerra travada nessas três frentes, em simultâneo, exigia grandes encargos financeiros. A guerra consumia uma grande fatia do orçamento português. “In 1967, military expenditures accounted for 45 per cent of her [Portugal] national budget”¹¹⁴. Portugal não conseguia travar estas guerras sem a ajuda de terceiros.

Para tal, foi crucial a colaboração entre o governo português e a Gulf. A companhia americana, nos contratos seguintes, aceitou cláusulas com termos que beneficiaram o orçamento português. Assim, na base XXXVIII do contrato de 1966, promulgado pelo decreto n.º 47.380, de 14 de dezembro de 1966, ficou estabelecido o pagamento de um bónus no valor de 20 000 000 escudos por parte da companhia americana a Portugal. Metade desse valor correspondia à renovação do contrato e a outra metade à extensão da zona *offshore*. Em 1962, o governo português e a Cabinda Gulf Oil renovaram o contrato de concessão pela primeira vez, porém, nesse acordo não figurou qualquer tipo de pagamento de bónus por parte da companhia.

Por sua vez, no contrato de 1968, promulgado pelo decreto n.º 48.803 de 21 de dezembro de 1968, de acordo com o artigo 11.º alínea 4, a petrolífera aceitou adiantar o pagamento do imposto de rendimento sobre o petróleo, relativamente aos anos fiscais de 1971, 1972 e 1973, totalizando uma remuneração de 12 000 000 de dólares¹¹⁵. Os adiantamentos foram dedutíveis nos pagamentos do imposto de rendimento dos anos anteriormente referidos, no entanto, sem acréscimo de qualquer tipo de juro.

Por fim, no último contrato assinado entre as duas partes, em 1973, promulgado pelo decreto n.º 397/73, de 7 de agosto desse ano, foi estipulado pelo artigo 10.º o pagamento por parte da Cabinda Gulf Oil Company de um prémio de assinatura na importância de 5 000 000 escudos. Tal como as situações apresentadas anteriormente, este tipo de pagamento nunca tinha figurado em nenhum vínculo.

Em 1973, o vice-presidente executivo da Gulf, E. E. Walker, quando confrontado sobre qual o destino dado ao montante pago pela petrolífera ao governo português, garantiu que esse dinheiro não entrava no orçamento militar: “podemos provar que as taxas pagas ao Governo português em Angola servem para a melhoria das condições de vida do povo, dado que, à medida que o dinheiro da Gulf tem ido para o

¹¹⁴ American Committee on Africa, *Portugal in Africa*, dezembro de 1968, p. 5 [acesso em 2 de março de 2014]: <http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-D95-84-al.sff.document.acoa001037.pdf>

¹¹⁵ Cf. “Decreto nº 48 803”, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 27 de dezembro de 1968, p. 1931 [acesso em 15 de março de 2014]: <http://dre.pt/pdf1sdip/1968/12/30400/19291935.pdf>

Governo, o orçamento militar se manteve nivelado, ao passo que os orçamentos para a saúde e assistência social subiram em flecha”¹¹⁶. Porém, após uma análise ao orçamento de Estado, podemos verificar que as despesas efetivamente realizadas foram sempre significativamente superiores às orçamentadas¹¹⁷. O orçamento militar entre 1968 a 1971 manteve-se igual, todavia, as despesas foram sempre em muito superiores. Conclui-se ainda que, desde 1966, registou-se um elevado aumento nas despesas militares, podendo resultar numa maior necessidade de capitais por parte do governo português.

O sucesso de uma parte favorecia a outra. À companhia americana interessava que Portugal saísse vitorioso da guerra, por forma a manter as suas concessões em Cabinda, e o governo português tinha o maior interesse em que a Gulf desenvolvesse as suas atividades sem qualquer tipo de ameaça, pois só assim conseguiria continuar a beneficiar das receitas resultantes da exploração de petróleo.

3.2.3. Retribuição da ajuda

Durante a década de 1960, a Gulf enfrentou duas ameaças: a ocupação das suas instalações por um movimento de libertação, o MPLA; e a campanha promovida inicialmente por associações americanas contra a sua ação em Angola. No entanto, a companhia optou por se manter em Cabinda. Para ultrapassar a primeira ameaça a petrolífera beneficiou da ajuda militar do governo português.

Após o início do conflito em Angola, em 1961, o MPLA conseguiu ocupar mais de 90% do território de Cabinda, obrigando a Cabinda Gulf Oil a suspender as suas operações. Face a essa situação, Portugal aumentou o número de tropas nessa região e investiu em armamento. A missão de reocupar Cabinda foi bem-sucedida e, no ano seguinte, a companhia americana voltou a realizar a atividade, normalmente. Nos anos seguintes, o governo português continuou a investir em manter as instalações da Gulf seguras, e para essa tarefa beneficiaram de ajuda externa, tal como afirmou o jornalista

¹¹⁶ ANTUNES, José Freire, *Os americanos e Portugal: Nixon...*, p. 213.

¹¹⁷ Cf. “Despesas com as forças militares extraordinárias no Ultramar”, p. 1, [acesso em 19 de março de 2014]:http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/custos/custosguerra.s wf

Al. J. Venter: “i saw little of struggle in Cabinda in December, 1964... the airport was completely ringed by machine-gun turrets; american-built P-36 Harverd trainers with heavy loads of rockets, bombs and macchine-guns were landing and tacking off at regular intervals”¹¹⁸.

A partir de 1957, ano da celebração do primeiro contrato de concessão em Cabinda, em todos os contratos figurou uma cláusula requerendo a Portugal a disponibilização de todos e quaisquer meios necessários, por forma a garantir a segurança necessária para a petrolífera desenvolver as suas atividades livremente. Essa cláusula foi fortemente contestada pela oposição do governo português. Através de uma rádio clandestina, rádio *Voz da Liberdade*, interrogaram em várias emissões quais os verdadeiros motivos da ida de militares portugueses para Angola, se para defender a pátria ou as instalações da Gulf¹¹⁹.

Cabinda continuou a ser um alvo de ataques por parte de movimentos de libertação, destacando-se em particular a atividade do MPLA. Posto isto, o governo português foi obrigado a investir na segurança à volta das instalações da petrolífera, “have allocated special defense funds”¹²⁰. Para tal, criou um programa de defesa instalando “a military cordon sanitaire around urban areas of the Cabinda enclave”¹²¹ e nomeou um comandante militar para essa região. As leis portuguesas obrigavam as empresas com lucros superiores a 1,7 milhões de dólares ao pagamento de uma taxa de defesa, todavia, a Gulf estava isenta desse pagamento.

O aumento da tensão nessa região não se refletiu na exploração de petróleo; nesse ano a produção elevou para 144.000 barris por dia. Por conseguinte, desse aumento resultou para Portugal uma receita paga pela Gulf no valor de 90,9 milhões de dólares. Apesar da guerra em Angola, a Gulf continuou a investir vários milhões nesse país, “though 1972 Gulf’s capital investment in Cabinda was \$209 million and its cumulative payments to Portugal through 1973, a total of 175.3 million”¹²². O aumento do interesse da companhia em África e nas Américas resultou no decréscimo da dependência em relação ao petróleo proveniente do Kuwait. Em 1966, calculou-se que o

¹¹⁸ VENTER, Al. J., *The terror fighters*, Cape Town, Purnell, 1969, p. 89.

¹¹⁹ CD25A, *Textos Voz da Liberdade. FPLN, 1968: nº 3 (janeiro), p.4.*

¹²⁰ CD25A, Center of the National Council of Churches, *Gulf Oil: portuguese ally in Angola*, Nova Iorque, março de 1972, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/006, p. 7.

¹²¹ Oliveira, Ricardo Soares de, *Ob. Cit.*, p. 181.

¹²² CD25A, Hooper, Janet, *Gulf in colonial Angola – An update*, Abril de 1974, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/002, p. 3.

crude proveniente dessa região equivalia a dois terços do total produzido, porém, em 1973, “apenas” correspondia a um terço. De resto, esse foi um ano de ouro para a petrolífera, os lucros operacionais subiram setenta e nove por cento em relação aos de 1972.

3.3. Razões para manter as províncias africanas

Em 1969, foi editada por David M. Abshire e Michael A. Samuels a obra *Portuguese Africa: a handbook*, que dava a conhecer como eram administradas as colônias africanas e a relação entre brancos e negros. Um dos autores era David M. Abshire, genro do antigo embaixador americano em Lisboa, Almirante George W. Anderson, entre 1970 e 1972. Abshire exerceu a função de Secretário de Estado-Adjunto para os Assuntos do Congresso, no governo de Nixon.

Num dos artigos assinados por David M. Abshire, o autor aborda as colonizações feitas pelos britânicos, alemães, belgas, franceses e espanhóis, todos esses países usavam o argumento de serem mais evoluídos, tanto em termos sociais como culturais, em relação às nações colonizadas. Como tal, os habitantes desses países eram tratados como inferiores. A discriminação racial era uma constante, não só nos territórios colonizados pelos países anteriormente citados, como também por Portugal. No entanto, o autor defendia, que mesmo existindo casos de discriminação, em todas as colônias de Portugal, os portugueses eram o povo menos racista, argumentando: “they did mix more with coloured races than did other did other Europeans”¹²³. No seu entender, esta era o principal fator demonstrativo da “tolerância” racial.

Segundo o autor, a aceitação e mistura de pessoas de outras raças pelos portugueses aumentou ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, contribuindo para uma sociedade cada vez mais multirracial não só na África portuguesa como também na metrópole. Referiu que a igualdade de raças ficou comprovada por um texto escrito, em 1873, por Sá da Bandeira, quando afirmou que os portugueses habitantes nas colônias de África, Ásia ou Oceânia, independentemente da sua cor, raça ou religião tinham os

¹²³ ABSHIRE, David M. e Samuels, Michael A., *Portuguese Africa: a handbook*, Londres, Pall Mall Press Ltd., 1969, p. 91.

mesmos direitos dos portugueses da Europa ¹²⁴. No entanto, em 1890, perante ameaça às suas colónias, os portugueses optaram por uma política reacionária, proporcionando um volte-face na relação entre brancos e negros: “In the years following the 1890’s, racist tendencies dominated government actions and leaders”¹²⁵. Ao contrário das cidades do interior, tanto Luanda como Benguela não sentiram essa alteração. Para Abshire, a relação entre brancos e negros na África portuguesa era “anormal”, explicando que a escravatura, depois substituída pelo trabalho forçado, era o fator de desagrado da população negra. Todavia, simultaneamente, os portugueses demonstravam não ser um povo racista, relacionando-se e misturando-se com os africanos sem fazer qualquer distinção da cor, sendo esse o principal ponto a favor de Portugal. Os cerca de quatrocentos mil portugueses emigrados na África portuguesa eram o reflexo da facilidade de coexistência entre brancos e negros.

Por outro lado, em caso de descolonização, o regresso dessas pessoas a Portugal seria um dos principais problemas que o governo português teria de enfrentar, não só pelos custos exigidos por uma operação com essa envergadura, como também porque parte considerável dessas pessoas não tinham qualquer laço com o país, por terem nascido e vivido sempre em África. Os restantes residiam há longos anos nessas nações, estando completamente desfasados da realidade portuguesa. A reintegração seria uma tarefa tão difícil para essas pessoas como para o governo português, por se tratar de uma questão tanto social como económica.

Quanto aos interesses económicos na África portuguesa, no artigo *Portugal and the African Territories: Economic Implications*, de Andrew Wilson Green, o autor refere que, caso os portugueses perdessem as províncias africanas, as empresas privadas com concessões nesses países corriam o risco de serem nacionalizadas e não terem direito às compensações adequadas. A relação comercial entre a metrópole e as colónias também iria ter consequências negativas. Em 1964, as trocas comerciais de Portugal com Angola e Moçambique representavam 12,3% das importações portuguesas e 25,5% das exportações. A perda das províncias africanas seria um duro golpe para a economia portuguesa, porém, secundário comparativamente com a perda da receita proveniente da exploração de petróleo. Segundo o autor, em 1969, Portugal não tinha beneficiado de forma significativa da produção de petróleo, comparativamente ao enorme potencial da

¹²⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 101.

¹²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 102.

exploração petrolífera. Poderia resultar numa fonte de receitas, e esse era um dos principais motivos para o aumento do investimento por parte do governo português na defesa das instalações da Gulf: “even though Portugal has not yet enjoyed substantial taxation revenues from this oil, the amount of potential revenues from it might solidify economic justification to its insistence on retaining the African provinces”¹²⁶. O incremento do número de soldados para a defesa das instalações de Cabinda motivou várias críticas ao governo português por parte da oposição exilada. Numa emissão da rádio clandestina difundida de Argel *Voz da Liberdade*, em janeiro de 1968, denunciaram batalhas entre o MPLA e Portugal, em Cabinda, que resultaram na morte de soldados portugueses em defesa dos interesses da companhia americana:

“Enquanto os Generais fascistas, enquanto os Senhores Ministros e os Presidentes dos Conselhos de Administração dos monopólios passavam tranquilamente ou festivamente o fim de ano. Os soldados portugueses em Cabinda tiveram um fim de ano trágico. Segundo anunciou através da Rádio Brazzaville um porta-voz do MPLA, no dia 31 de dezembro, travaram-se em Cabinda violentos combates. Terminada a batalha, as tropas colonialistas retiraram-se, deixando abandonados no terreno 30 mortos. Trinta jovens portugueses que não chegaram a entrar no ano de 1968. Trinta jovens portugueses que morreram em 31 de dezembro, em Cabinda, pela Cabinda Oil Corporation”¹²⁷.

Com o início da produção de petróleo pela Cabinda Gulf Oil, o investimento na defesa das suas instalações por parte do governo português foi compensado com o aumento vertiginoso das receitas provenientes da exploração petrolífera. A cooperação entre Portugal e a companhia provocou protestos por parte de várias associações americanas.

3.4. Protestos contra as operações da Gulf em Angola

No final da década de 1960, várias associações americanas promoveram campanhas contra as ações da Gulf em Angola. Essa companhia concentrava mais atenção negativa por ser a empresa americana com um maior volume de negócios nesse país, cerca de 75% do investimento dos Estados Unidos nessa província. Os grupos anti-Gulf começaram por fazer um levantamento da atividade da companhia americana em

¹²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 355.

¹²⁷ CD25A, *Textos Voz da Liberdade*. FPLN, 1968: nº 3 (janeiro), p.4.

Angola e da sua relação com o governo português. Chegaram à conclusão de que “Portugal is too poor (...) and to small, to keep her empire without help”¹²⁸ como tal, parte vital dessa ajuda provinha do pagamento de vários milhões de dólares por parte da petrolífera ao governo português. O elevado investimento em Cabinda era outro fator criticado por contribuir para que o governo americano favorecesse os portugueses: “the presence of a major U.S. corporation in Angola increased the vested interest of the U.S. government in the continuation of Portuguese colonialism”¹²⁹.

A campanha contra a Gulf tinha como objetivos: demonstrar a forma como as companhias americanas colaboravam com as políticas coloniais; informar sobre a evolução da guerra na África portuguesa e o objetivo da independência desses países; dar a conhecer, a outras companhias americanas, a contestação de que seriam alvo, caso investissem nas colónias portuguesas; e, por fim, se as intenções anteriores fossem bem-sucedidas, resultaria no desinteresse das empresas americanas em investir nesses países e, com isso, o governo americano deixaria de apoiar Portugal.

Entre os principais grupos opositores da petrolífera estava o American Committee on Africa, o Southern Africa Committee, o Committee of Return Volunteers e o United Church of Christ. As três associações agendaram uma reunião com representantes da Gulf, onde discutiram o investimento da companhia em Angola. Os responsáveis da petrolífera ironizaram, respondendo que Angola não era uma província de Portugal, tal como o Havai não era dos Estados Unidos. Aconteceu ainda uma segunda reunião, desta vez entre o grupo religioso e executivos da petrolífera, onde se debateu a cooperação entre a Gulf e o governo português. A companhia defendeu que sempre gozou de uma boa relação com Portugal, e por isso, não iria mudar a sua postura. Quanto aos montantes pagos pela companhia, os executivos argumentaram que não tinham qualquer responsabilidade sobre qual o destino desse dinheiro.

As associações voltaram a marcar posição contra a Gulf, na Primavera de 1970, na reunião anual de acionistas da petrolífera. O encontro teve duas finalidades, a eleição de diretores e a nomeação de auditores independentes. Entre a apresentação dos candidatos a diretores e a votação houve espaço para se discutir política. Essa ocasião foi aproveitada por vários acionistas para interrogarem os executivos da companhia

¹²⁸ CD25A, American Committee on Africa, *Why we protest: Gulf oil Company's operation in Portuguese Africa*, Nova Iorque, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/003, p. 1.

¹²⁹ CD25A “Gulf Oil: a study...”, p. 36.

acerca dos investimentos em Angola. No entanto, os diretores não se mostraram interessados em debater esse tema. O tema voltou a despontar mais tarde, durante a nomeação de auditores, a discussão sobre a cooperação da Gulf com a política colonialista portuguesa, quando foram sugeridos os nomes dos líderes do PAIGC e do MPLA, respetivamente, para o cargo de auditores: “among those nominated were 2 leaders of liberation movements in the portuguese colonies, Amilcar Cabral of PAIGC, the liberation movement of Guinea Bissau, and Dr. Neto of MPLA, the main liberation movement in Angola”¹³⁰. Porém, o debate sobre Angola não teve lugar nessa reunião.

Como tal, os grupos anti-Gulf começaram por incentivar medidas que atingissem diretamente a petrolífera. Poucos meses depois da reunião de acionistas, no Verão de 1970, no âmbito de uma conferência em Ohio organizada pelo United Church of Christ, os membros do conselho instaram para que os cartões de crédito da Gulf fossem devolvidos. Essa ação desagradou os diretores da petrolífera que, como resposta, enviaram uma carta ao grupo religioso, ameaçando colocar uma ação judicial. A ameaça não teve qualquer efeito, as associações continuaram a promover medidas contra a petrolífera, como o boicote aos produtos, queimar os cartões de crédito da companhia, protestos anti-Gulf e a publicação de vários artigos informando sobre as ações e a sua cooperação com a política colonialista portuguesa.

A petrolífera respondeu às críticas em relação à sua ação em Angola com o argumento de que, ao desenvolver atividades nessa região, promovia tanto o desenvolvimento económico como social do país e criava empregos. Entre 1967 e 1968, altura da construção de várias infraestruturas, “paid wages to more than 2 000 nationals for jobs that did not exist before we got there”¹³¹. No entanto, o conceito de “nationals” era vago, não se percebendo se se tratava de portugueses brancos, assimilados ou negros.

Em 1972, o número de trabalhadores da Cabinda Gulf Oil decresceu para um total de duzentos e vinte e sete: “125 white portuguese, 55 white ex-patriots (Americans, etc), 33 «negroes» from Angola (in Gulf’s terminology this group includes black Africans and mestizos) and 14 native born white angolans”¹³². Para além do facto de os trabalhadores negros serem uma minoria, na hierarquia de postos de trabalho, a

¹³⁰ *Ibidem*, p. 38.

¹³¹ CD25A, Center of the National Council of Churches, *Gulf oil: portuguese ally...*, p. 4.

¹³² *Idem*, *Ibidem*, p. 4.

maioria ocupava os níveis mais baixos, o que resultava numa remuneração inferior aos restantes funcionários. A discriminação racial não se refletia apenas nos salários.

Após ter visitado as instalações da Gulf em Cabinda, a acionista Elizabeth Jackman censurou a existência de instalações para negros e para brancos. O desenvolvimento que a companhia argumentava promover, tal como a política colonial, mantinha os negros em segundo plano. Um dos fatores explicativos dessa situação era uma cláusula, existente em todos os contratos celebrados entre a petrolífera e o governo português, obrigando que o lugar de Presidente do conselho de administração da Cabinda Gulf Oil Company fosse ocupado por um português, podendo assim promover uma diferenciação de tratamento entre brancos e negros. Em 1971, o Presidente da Gulf era Vasco Garin que, anos antes de assumir esse cargo, desempenhara funções como embaixador de Portugal na ONU e nos Estados Unidos. Garin era caracterizado como “a man noted as a conservative and an exponent of Portugal's «civilizing» mission in Africa”¹³³. Como já foi referido previamente, mesmo quando as subsidiárias das petrolíferas eram administradas por cidadãos do país onde a empresa estava sediada, o controlo continuava a pertencer à multinacional. Conscientes dessa situação, os grupos anti-Gulf condenavam a petrolífera pelas ações da Cabinda Gulf Oil seguirem a política colonial portuguesa.

A nível internacional essas organizações ganharam algum apoio e sustentaram as suas críticas numa cláusula da ONU que reprovava o comportamento de empresas cooperantes com os países colonizadores, “by giving financial, economic and military assistance to administering powers which are engaged in suppressing national liberation movements”¹³⁴. Os protestos anti-Gulf não se limitaram aos Estados Unidos. Em fevereiro de 1971, em Vancouver (Canadá), registaram-se campanhas contra a petrolífera. Algumas das manifestações fora da América alcançaram resultados significativos. “Fora dos Estados Unidos destacava-se a actividade anti-Gulf Oil do holandês Angola Committee of the Netherlands, que, em 1972, reclamou a responsabilidade pela interrupção das importações de petróleo angolano pela Holanda”¹³⁵. As provas do envolvimento da companhia a favor do governo português

¹³³American Committee on Africa, *Why we protest: Gulf Oil in Angola*, Nova Iorque, junho de 1973, p. 2 [acesso em 4 de abril de 2014]: <http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-BEF-84-al.sff.document.acoa000387.pdf>

¹³⁴ CD25A “Gulf Oil: a study...”, p. 9.

¹³⁵ ANTUNES, José Freire, *Os americanos e Portugal: Nixon...*, p. 213.

era de tal forma evidente que uma das acionistas mais importantes do grupo, após uma estadia em Angola, condenou o “apoio cego aos Portugueses, excludor do reconhecimento das forças de libertação, e que poderá afectar o futuro da Gulf em Angola”¹³⁶. Devido às críticas, a empresa viu-se obrigada a adotar uma estratégia com a finalidade de alterar a má imagem difundida tanto dentro como fora dos Estados Unidos.

3.4.1. Defesa da Gulf

A companhia tomou medidas como o apoio a todos os grupos que poderiam tornar-se críticos da sua ação em Angola. Para tal, “contratou uma firma negra de relações públicas, Zebra Associatives”¹³⁷, ofereceu viagens a Angola tanto a padres negros como a membros do National Newspaper Publishers Association e financiou algumas organizações anticolonialistas. A petrolífera através de um relatório denominado *Gulf and Angola*, da autoria de Stephen B. Farber, assistente do Presidente da Universidade de Harvard, escrito após uma viagem com passagem por Portugal, Angola, Zâmbia e Tanzânia, defendeu a neutralidade da Gulf na guerra colonial.

As empresas com ligações à petrolífera também foram alvo de protestos por parte das associações anti-Gulf. Por conseguinte, a Universidade de Harvard, como uma das instituições com mais ações da petrolífera, foi alvo de manifestações tanto por esses grupos como pelos seus próprios alunos. A solução encontrada face às críticas foi a de enviar um representante da Universidade a Angola, com o objetivo de fornecer informação acerca da atividade da Gulf nesse país e concluir a partir daí quais as ações a proceder em relação à companhia. A decisão foi anunciada em 19 de abril de 1972.

Nesse mesmo dia, a Direção de Harvard recusou a proposta de um grupo de estudantes negros da Pan African Liberation Committee (PALC), de a Universidade alienar todas as ações da Gulf. A Corporate Information Center of the National Council of Churches questionou a escolha de Stephen B. Farber, com o argumento de que em Harvard havia várias pessoas mais habilitadas para essa tarefa: “in fact, there are a

¹³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 214.

¹³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 214.

number of African, and African-American relations experts resident at Harvard, an area of expertise for which Farber can hardly claim any credentials whatsoever”¹³⁸, através de um artigo assinado por Paul Irish.

A viagem realizou-se entre meados de julho e meados de agosto desse ano. Farber esteve durante uma semana em Portugal, permitindo-lhe entrevistar representantes do governo português e da petrolífera. De seguida, viajou até Angola, onde, durante duas semanas desenvolveu um estudo intensivo acerca das operações da Gulf. Por fim, na última semana, foi à Zâmbia e a Tanzânia para “discussions with official representatives of anti-Portuguese insurgent groups from Angola and Moçambique”¹³⁹. Dessa viagem, o autor de *Gulf and Angola* concluiu que Portugal fazia um grande esforço económico para combater nos três países. Como consequência o orçamento militar tinha um peso de 42% do orçamento total. Porém, no entender do assistente do Presidente de Harvard, muitos portugueses faziam uma distinção nítida entre a guerra dos Estados Unidos com o Vietnam e a guerra em África, a qual se tratava da defesa do território português e dos seus cidadãos contra terroristas apoiados por nações comunistas. No artigo de Paul Irish, o autor critica a parcialidade de Farber, por não ter abordado a realidade portuguesa, onde nas universidades se contestava a guerra em África e muitos jovens, para evitarem terem de ir para lá, fugiam para outros países da Europa¹⁴⁰.

Quanto à relação entre a Gulf e o governo português, o autor entendeu que tinham uma ligação cordial, e prezada pelos representantes da petrolífera, admitindo que nada iriam fazer para a prejudicar. Um dos pontos mais atacados pelos grupos anti-Gulf foi uma cláusula do contrato de 1968, na qual a companhia aceitou efetuar o pagamento adiantado do imposto de rendimento sobre os petróleos, relativamente aos anos fiscais de 1971, 1972 e 1973. Farber classificou esse acordo como uma coincidência de interesses entre ambas as partes. Portugal queria adiar o prazo de seleção de áreas da concessão da Gulf, mas, como essa intenção não interessava à petrolífera, então a solução encontrada por parte da companhia para continuar com a posse de todas as áreas, sabendo da necessidade de dinheiro dos portugueses, foi adiantando o pagamento do imposto de rendimento.

¹³⁸ CD25A, Irish, Paul, *A reply to Stephen Farber's report in Gulf Oil in Angola*, janeiro de 1973, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/004, p. 5.

¹³⁹ FARBER, Stephen B., “Gulf and Angola”, *Issue: A journal of opinion*, vol. 2, nº 3, 1972, p. 21.

¹⁴⁰ Cf. CD25A, Irish, Paul, Ob. Cit., p. 8.

Em relação às críticas quanto aos pagamentos por parte da Gulf ao governo português serem cruciais para Portugal conseguir combater em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, Farber utilizou as justificações da Gulf, nas quais a petrolífera argumentava que os pagamentos, para além de representarem uma pequena fração dos custos totais da defesa portuguesa, iam para o orçamento geral, e por isso eram investidos em várias áreas, “not to the war effort alone, and therefore support programs of social and economic development as well”¹⁴¹, conforme defendeu. No entanto, segundo um especialista em questões relacionadas com a África portuguesa, Gerald Bender, Portugal não desenvolveu qualquer tipo de programa social, e questionou a parcialidade do autor de *Gulf and Angola*. Ao contrário dos artigos elaborados pelos grupos anti-Gulf que citavam muita bibliografia, “Farber's report contains none. The only quotes he chooses to use are occasional input from his interviews”¹⁴². Quando tinha de fundamentar as suas opiniões, privilegiava sempre dados facultados por representantes da petrolífera.

Bender discordou ainda da opinião do assistente do Presidente de Harvard na questão relativa à importância dos pagamentos da Gulf ao governo português, pois, mesmo Portugal beneficiando de outros apoios, a ajuda da Gulf continuava a ser crucial “along with other Western corporations, Nato arms, trade and other agreements, such as the \$430 million Azores pact. The point is, Portuguese colonialism could not continue without such support, of which Gulf is but a single, though very important aspect”¹⁴³, defendeu.

Face às críticas acerca dos pagamentos da petrolífera a Portugal, Farber utilizou várias vezes ao longo do seu relatório o argumento de que, caso a Gulf saísse de Angola, tal como muitos críticos pediam, Portugal facilmente conseguiria continuar a exploração de crude em Cabinda, e com isso beneficiar dos rendimentos provenientes da extração, fosse através da Petrangol ou de outra petrolífera europeia ou americana, porque a Gulf já tinha feito o mais difícil: descobrir petróleo. A companhia americana argumentou ter desempenhado uma política neutra durante a guerra colonial. Um representante do African State Department, Don McHenry, refutou essa ideia, com a justificação de que o início das escavações em Cabinda por parte da Gulf coincidiu com as primeiras

¹⁴¹ FARBER, Stephen B., *Ob. Cit.*, p. 26.

¹⁴² CD25A, IRISH, Paul, *Ob. Cit.*, p. 7.

¹⁴³ CD25A, *Idem, Ibidem*, p. 12.

revoltas em Angola. Esse tinha sido o momento de a petrolífera decidir se continuava a operar nesse país ou não, dado que ainda não tinha feito grandes investimentos: “At that time you had to make a decision as to whether or not you were indeed going to be politically neutral”¹⁴⁴. Ao ter optado por continuar em Angola, com os pagamentos feitos a Portugal, favoreceu um lado da guerra.

3.5. Gulf e Estados Unidos: políticas díspares em relação a Portugal

A Gulf conseguiu gozar de um estatuto quase único na África portuguesa. Na década de 1950, Oliveira Salazar desconfiava e dispensava o investimento americano nas colónias portuguesas, porém a Gulf foi exceção à regra ao ter obtido permissão para aí investir. No final dessa década, juntou a concessão em Cabinda à que detinha, desde 1948, em Moçambique. A petrolífera conseguiu fintar as diretrizes não só da diplomacia portuguesa como também a americana.

Em 1957, no ano da celebração do primeiro contrato entre o governo português e a Cabinda Gulf Oil, John Kennedy, defensor da emancipação dos países africanos e asiáticos, num discurso em 2 de Julho atacou o não-envolvimento dos Estados Unidos na guerra travada entre a Frente de Libertação Nacional e o exército francês pela independência da Argélia. Adivinhava-se uma alteração da política externa americana, confirmada com a chegada de Kennedy à presidência americana. Os Estados Unidos passaram a criticar diretamente os países colonialistas, entre os quais Portugal. No entanto, nem a nova postura americana em relação às colónias nem o controlo de Cabinda por parte do MPLA, foram razões suficientemente fortes para dissuadir a Gulf de investir na África portuguesa.

Após a morte de Kennedy, os Estados Unidos regressaram à postura neutra em relação à colonização. A petrolífera, para além de continuar a explorar as suas concessões em Moçambique e em Angola, contribuiu com algumas facilidades para o governo português. Em meados da década de 1960, viu os seus esforços serem compensados com a descoberta de petróleo em Cabinda e o início da extração em 1968. A chegada de Richard Nixon à presidência americana foi outro fator estimado pela Gulf.

¹⁴⁴ CD25A, *Idem, Ibidem*, p. 22.

O Presidente dos Estados Unidos entre 1969-1974 privilegiou uma boa relação com Portugal, resultando em concessões a empresas privadas americanas nas colónias portuguesas e na renovação do acordo da base das Lajes. Para além disso, Nixon era próximo da Gulf. Prova disso foi a doação de 100.000 dólares, em 1972, para a sua recandidatura. No ano seguinte, Portugal cedeu a base das Lajes para que os Estados Unidos pudessem auxiliar Israel na guerra de Yom Kippur. A maior consequência desse ato foi o corte do abastecimento de petróleo por parte dos países do Médio Oriente. Para fazer face a esta situação, o governo português contou com o apoio da Gulf, ao garantir o fornecimento de um milhão de toneladas de crude a Portugal metropolitano, bem como 400.000 toneladas aos territórios ultramarinos. Essa foi a última vez que as três partes colaboraram em simultâneo.

Após a queda da ditadura, Portugal reuniu-se, em janeiro de 1975, em Alvor, com os três maiores movimentos angolanos, MPLA, FNLA e UNITA, com a finalidade de acertar um programa rumo à descolonização em Angola. Assim, no dia 15 de janeiro foi alcançado o acordo para a independência de Angola, que ficou agendada para o dia 11 de novembro de 1975. Até essa data, ficou estabelecida a criação de um governo de transição, com um alto-comissário português e um colégio presidencial de três membros, um de cada um dos movimentos. O cargo de “Presidente” do Governo de transição seria ocupado rotativamente por cada um dos membros do colégio e todas as decisões tomadas por uma maioria de dois terços. Caberia ao governo de transição organizar eleições para uma Assembleia Constituinte, antes do final do mês de outubro de 1975. Estava prevista ainda, a criação de um exército unificado entre as quatro partes (Portugal incluído). No dia 31 de janeiro de 1975, o Governo de transição tomou posse e ficou encarregue da execução do processo que levaria à descolonização de Angola. Contudo, esse processo nunca teve início.

Em meados de fevereiro, voltou a estalar o conflito entre os três movimentos pelo controlo de Angola. Chegada à data prevista para a independência de Angola, nem o MPLA nem a aliança FNLA-UNITA detinham o controlo do país. Como tal cada movimento proclamou a independência de Angola. Numa cerimónia em Luanda, o MPLA proclamou a República Popular de Angola, sob a presidência de Agostinho Neto. Ao mesmo tempo, em Nova Lisboa, a aliança FNLA-UNITA declarou a independência nacional sob o nome de “República Democrática de Angola”. O governo

português, consciente da situação naquele país, optou por suspender o seu reconhecimento.

Nos meses anteriores e posteriores à independência de Angola, houve uma diferença clara entre a forma de agir do governo dos Estados Unidos e as empresas privadas americanas que operavam em Angola. Washington apoiou a FNLA/UNITA, enquanto a Gulf direcionou os pagamentos, feitos até então a Portugal, para o movimento liderado por Agostinho Neto. O MPLA controlava algumas províncias importantes, entre as quais Cabinda, e era o provável vencedor do conflito em Angola. Por conseguinte, a petrolífera, mais uma vez, optou por seguir a sua própria política e assumiu uma posição diferente da dos Estados Unidos, ao apoiar, em plena Guerra Fria, um movimento pró-comunista. A boa relação entre a petrolífera e o MPLA era uma realidade desde, pelo menos, o início da década de 1970. Como espelho dessa situação foi a proposta, na reunião anual da petrolífera em 18 de dezembro de 1971, de nomear Agostinho Neto para integrar o grupo de acionistas da Cabinda Gulf Oil Company¹⁴⁵.

Posto isto, não surpreendeu o facto de a Gulf ter continuado a depositar as receitas acordadas nos contratos com Portugal, no Banco de Angola, o qual estava sob o controlo do MPLA. O movimento liderado por Agostinho Neto garantiu à Gulf “the safety of the company's staff and protect the company installations and equipment”¹⁴⁶. O financiamento da petrolífera ao MPLA não agradou a Henry Kissinger por ir contra as diretrizes do governo americano, o qual favorecia a FNLA. Consequentemente, em janeiro de 1976, o Secretário de Estado americano pediu à Gulf para parar com as operações em Cabinda. A companhia apenas aceitou fazer o pagamento em outro banco, até se definir qual o movimento que governava em Angola. Em março desse mesmo ano, os Estados Unidos reconheceram o MPLA como o legítimo governo de Angola, permitindo às companhias americanas negociarem com o movimento de Agostinho Neto.

Ao longo da guerra colonial, a Gulf privilegiou uma relação, inicialmente com o governo português e depois com o MPLA, que lhe dava garantias de poder continuar a desenvolver a sua atividade em Cabinda. Esta postura de favorecimento de uns em

¹⁴⁵ Cf. “Comunicado de imprensa”, p. 1 [acesso em 20 de abril de 2014]:

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=823:comunicado-de-imprensa&catid=36:sala-de-imprensa&Itemid=208

¹⁴⁶ Santos, Daniel dos, *Cabinda: The politics of oil in Angola's enclave*, p. 6 [acesso em 24 de abril de 2014]: <http://www.cabinda.net/Cabinda%20the%20Politics%20of%20Oil.pdf>

detrimento de outros ia contra a posição de neutralidade, tantas vezes defendida pela administração da petrolífera.

Conclusão

A indústria petrolífera tornou-se na mais importante, durante a primeira metade do século XX. Dessa forma, as maiores companhias de petróleo adquiriram uma importância a nível mundial, não só por controlarem todas as fases da sua produção e mercados como também devido à dependência financeira dos países produtores. Por outras palavras, as petrolíferas tinham influência na política tanto dos países importadores como exportadores de petróleo.

Uma das estratégias utilizadas pelas petrolíferas, para garantirem não só a manutenção das concessões como também dos elevados lucros, passava por operarem em países com governos reacionários, captando ainda o apoio dos próceres dessas nações, oferecendo-lhes lugares administrativos. Dessa forma, para além de contratarem trabalhadores a baixo custo, também se viam livres da contestação popular devido à desigualdade da divisão dos ganhos provenientes da exploração de petróleo entre a companhia e o país produtor. Quando derrubado o regime ditatorial, a disparidade entre a percentagem recebida pela petrolífera e a auferida pelo país era um dos principais argumentos referidos pelos partidos democráticos para a nacionalização da indústria petrolífera. No entanto, até meados de 1970, poucos foram os casos de sucesso por parte do governo quando se optava por expropriar as concessões das petrolíferas, devido à influência que estas detinham no mercado internacional, bloqueando qualquer mercado onde a nação pudesse comercializar o petróleo nacionalizado.

O facto de cinco das sete maiores petrolíferas do mundo serem americanas era outro ponto a seu favor, dado que o governo dos Estados Unidos tinha a obrigação de intervir em caso de expropriação, por forma a garantir os direitos da petrolífera em causa. A emenda Hickenlooper era das primeiras medidas a serem acionadas contra esses países. Caso não fosse suficiente, tanto o governo americano como as petrolíferas intimidavam com ações mais drásticas, podiam passar por prejudicar a economia do país, como foi o caso em 1969, quando Washington ameaçou “despejar” o principal produto exportado pela Bolívia, o estanho, no mercado internacional originando uma quebra dos preços. Em relação às petrolíferas, em caso de nacionalizações, participavam mais diretamente, apoiando partidos opositores ao governo para o derrubar. Prova disso

são as suspeitas do envolvimento das companhias no golpe militar de 1948, na Venezuela.

O procedimento adotado pela Gulf em Angola não foi diferente. A companhia americana, consciente de que, em caso de derrota portuguesa na guerra colonial, dificilmente continuaria com as suas concessões em Cabinda, como tal, sempre que necessário favoreceu Portugal. Por sua vez, o governo português reforçou a defesa das instalações da petrolífera, garantindo assim as receitas da exploração de petróleo.

A Gulf beneficiou do estreitamento dos laços diplomáticos entre Portugal e os Estados Unidos após a II Guerra Mundial. A importância geoestratégica da base das Lajes foi o principal motivo pelo qual Washington fomentou a relação bilateral com Lisboa. O governo português encarou essa relação como a oportunidade de sobreviver entre as democracias e defender as suas colónias, aceitando participar em vários organismos internacionais. O Plano Marshall permitiu criar legislação para a entrada de investimento americano tanto na metrópole portuguesa como no Ultramar. Porém, o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, era avesso à entrada de capital americano em território português, como nos prova o pouco aproveitamento do desenvolvimento de parcerias entre empresas americanas e portuguesas no âmbito de programas como o AT&P. A Gulf foi uma das exceções, ao garantir, em 1948, a concessão da pesquisa e exploração de petróleo em Moçambique, e nove anos depois, a concessão em Cabinda.

Um dos maiores entraves à boa relação entre Portugal e os Estados Unidos foi a política colonial portuguesa. Desde a entrada de Portugal na ONU, em 1955, os países comunistas e o bloco afro-asiático contestaram a posse portuguesa dos territórios em África. Por conseguinte, propuseram várias resoluções contra Portugal, os Estados Unidos nunca votaram favoravelmente nesse tipo de deliberações até 1961, aquando da chegada à presidência americana de John Kennedy. O novo Presidente era um defensor da autodeterminação dos povos, e como tal, auxiliou alguns movimentos. Em Angola apoiou a FNLA de Holden Roberto, o que levou à deterioração da relação com Portugal. Após a morte de Kennedy, em 1963, os Estados Unidos voltaram à postura de neutralidade em relação à política colonial portuguesa, a ligação entre os dois governos melhorou, mas mantiveram-se afastados até 1969, altura em que Richard Nixon chegou à presidência americana.

Se a ligação entre Washington e Lisboa se manteve fria entre 1963 e 1969, completamente diferente foi a relação entre o governo português e a Gulf. Desde 1962, quando Portugal conseguiu recuperar o controlo de Cabinda, e a petrolífera pode retomar as suas operações, que as duas partes começaram a colaborar de forma mais evidente. Portugal reforçou a segurança em Cabinda, motivando protestos da oposição exilada, que questionou se os soldados portugueses estavam a defender a pátria ou os interesses da petrolífera. Por sua vez, a Gulf aceitou a facilidades de financiamento ao governo português, como no contrato de 1966, ao pagar 20 000 000 escudos como bónus pela renovação e extensão do território *offshore*, em 1968, aceitou proceder ao pagamento adiantado do imposto de rendimento, relativamente aos três primeiros anos da década de 1970, e por fim, em 1973, a Gulf procedeu a uma remuneração no valor de 5 000 000 escudos como prémio de assinatura, nenhum desses motivos para essas compensações financeiras figurou anteriormente ou posteriormente à assinatura desses contratos.

Com a chegada de Richard Nixon à presidência dos Estados Unidos, em 1969, a ligação entre Washington e Lisboa estreitou, a renovação do contrato da base das Lajes e as novas concessões dadas a empresas americanas na África portuguesa foram o espelho dessa situação. A Gulf também tinha uma relação próxima com Nixon e prova disso foi o financiamento para a reeleição, em 1972, do Presidente americano por parte de altos dirigentes da petrolífera. A cumplicidade entre as três partes permitiu a colaboração conjunta durante e no final da guerra de Yom Kippur. Contudo, essa foi a última vez que as três partes cooperaram entre si em simultâneo. No ano seguinte, com a saída e perda de influência de Portugal em Angola, essa situação originou um aumento da intensidade do conflito e de apoios externos aos três maiores movimentos angolanos, tal como em 1961, os Estados Unidos optaram por auxiliar a FNLA, a Gulf preferiu ajudar outro movimento. A companhia americana, que gozava, desde o início da década de 1970, de uma boa relação com o MPLA, durante a guerra interna angolana transferiu os montantes acordados nos contratos celebrados com Portugal, para o Banco de Angola, na altura sob o controlo do movimento liderado por Agostinho Neto. A colaboração entre a companhia americana e o movimento pró-comunista foi alvo de críticas por parte do Secretário de Estado americano, Henry Kissinger.

Na década seguinte, a pressão sob a petrolífera devido às suas ações junto do governo americano para uma normalização de relações com o MPLA, fez com que a

Nova Direita – grupo constituído por democratas conservadores, neoconservadores, republicanos da ala direita – encetasse uma campanha idêntica à de finais da década de 1960 e inícios da década de 1970, contra a Gulf. A campanha não teve sucesso. Todavia, os dirigentes da petrolífera deixam de expor publicamente a sua opinião favorável quanto às conversações entre Washington e Luanda. O que culminou, em 1985, na venda Gulf à Standard Oil of California (Chevron) por 13,2 biliões de dólares.

Em suma, a Gulf Oil Corporation começou a cooperar de forma mais direta com Portugal, a partir de 1966, mesmo ano em que foi descoberto petróleo em Cabinda. A colaboração entre as duas partes era evidente, a Gulf auxiliou financeiramente o governo português e por sua vez Portugal reforçou a segurança das instalações da petrolífera. Em 1971, numa reunião de acionistas foi proposta a nomeação de Agostinho Neto para pertencer ao grupo de acionistas da Cabinda Gulf Oil Company, esta era uma estratégia típica das multinacionais em países estrangeiros, a de atribuir cargos a membros da oposição com a finalidade de salvaguardar os interesses da companhia. De resto, esse foi o primeiro momento em que a Gulf se mostrou próxima do MPLA, posição contrária à do governo americano que apoiava a FNLA. À medida que Portugal foi perdendo influência em Angola, a petrolífera tornou essa posição mais visível. Ao longo da guerra colonial a Gulf seguiu uma diretriz própria suportando protestos tanto de associações de esquerda como de figuras do governo americano.

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas:

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Carta enviada por J. C. Almeida Cotta ao Conselheiro Especial sobre os territórios coloniais*, cota: AOS/CO/UL-62

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Gulf Oil Corporation*, 1966, cota: AOS/CO/UL-58

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, “Gulf Oil: a study in exploitation”, Committee of returned volunteers, Nova Iorque, maio de 1971, cota: DC25A/H.C.S.A./SC/SSC/001

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, Committee of returned volunteers, *Gulf Oil: a study in exploitation*, Nova Iorque, abril de 1971, cota: DC25A/H.C.S.A./SC/SSC/001

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, Corporative Information Center of the National Council of Churches, *Gulf Oil Company: portuguese ally in Angola*, Nova Iorque, 1972, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/007

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, Committee of returned volunteers, *Gulf Oil: a study in exploitation*, Nova Iorque, abril de 1971, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/001

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, Center of the National Council of Churches, *Gulf Oil: portuguese ally in Angola*, Nova Iorque, março de 1972, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/006

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, Hooper, Janet, *Gulf in colonial Angola – An update*, Abril de 1974, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/002

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, American Committee on Africa, *Why we protest: Gulf oil Company's operation in Portuguese Africa*, Nova Iorque, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/003

Centro de Documentação 25 de abril, Holland Committee for Southern Africa, Irish, Paul, *A reply to Stephen Farber's report in Gulf Oil in Angola*, janeiro de 1973, cota: CD25A/H.C.S.A./SC/SSC/004

Centro de Documentação 25 de abril, *Textos Voz da Liberdade. FPLN, 1968: nº 3 (janeiro)*

Fontes digitais:

American Committee on Africa, *Portugal in Africa*, dezembro de 1968, p.5 [acesso em 2 de março de 2014]: <http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-D95-84-al.sff.document.acoa001037.pdf>

American Committee on Africa, *Why we protest: Gulf Oil in Angola*, Nova Iorque, junho de 1973, p.2 [acesso em 4 de abril de 2014]: <http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-BEF-84-al.sff.document.acoa000387.pdf>

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *A guerra do Chaco*, 1999, p.176 [acesso em 28 de janeiro de 2014]: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a08.pdf>

BRANDÃO, Luciana e GERBASE, Livi, *A importância do petróleo nas relações centro-periferia: um estudo comparado da diplomacia britânica e norte-americana para o Oriente na primeira metade do século XX*, p.3: [acesso em 18 de abril de 2014]: https://www.academia.edu/3658767/A_IMPORTANCIA_DO_PETROLEO_NAS_RELACOES_CENTRO-PERIFERIA_um_estudo_comparado_da_diplomacia_britanica_e_norte-americana_para_o_Oriente_Medio_na_primeira_metade_do_seculo_XX

CÂMARA, Marcelo Argenta, *Bolívia – a luta para ser nação*, História Viva, 2006, p. 1 [acesso em 3 de fevereiro de 2014]: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/bolivia_-_a_luta_para_ser_nacao.html

Committee of returned volunteers, *Gulf Oil Corporation: a report*, Nova Iorque, 1970, p.13 [acesso em 20 de janeiro de 2014]: http://kora.matrix.msu.edu/files/50/304/32-130-134-84-african_activist_archive-a0a7g4-b_12419.pdf

ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)*, *Análise Social*, vol. XXIX, 1994

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377809U6sZF1oa6Pr69UQ4.pdf>

S.A., *Comunicado de imprensa*, p.1, [acesso em 20 de abril de 2014]:

http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=823:comunicado-de-imprensa&catid=36:sala-de-imprensa&Itemid=208

S.A., *Decreto n.º 41 180*, Diário do Governo I Série, número 154, 9 de julho de 1957, p.1 [acesso em 5 de fevereiro de 2014]:

<http://www.dre.pt/pdf1s%5C1957%5C07%5C15400%5C07010701.pdf>

S.A., *Decreto n.º 48 803*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 27 de dezembro de 1968, p.1931 [acesso em 15 de março de 2014]:

<http://dre.pt/pdf1sdip/1968/12/30400/19291935.pdf>

S.A., *Despesas com as forças militares extraordinárias no Ultramar*, p.1, [acesso em 19 de março de 2014]:

http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/graficos/custos/custos_guerra.swf

S.A., *Gulf foi encampada porque não dava lucro diz Ovando*, Correio da Manhã, 19 e 20 de outubro de 1969, p. 2:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=104813&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#

S.A., *Shlensky v. B.R. Dorsey*, Open jurist, 1978, p. 1 [acesso em 10 de fevereiro de 2014]: <http://openjurist.org/574/f2d/131/shlensky-v-b>

SANTOS, Daniel dos, *Cabinda: The politics of oil in Angola's enclave*, p. 6 [acesso em 24 de abril de 2014]:

<http://www.cabinda.net/Cabinda%20the%20Politics%20of%20Oil.pdf>

Bibliografia:

ABSHIRE, David M. e Samuels, Michael A., *Portuguese Africa: a handbook*, Londres, Pall Mall Press Ltd., 1969.

- ANTUNES, José Freire, *O factor africano: 1890-1990*, Venda Nova, Bertrand, 1990
- ANTUNES, José Freire, *Os americanos em Portugal: Nixon e Caetano promessas e abandono*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- ANTUNES, José Freire, *Portugal na guerra do petróleo, os Açores e as vitórias de Israel em 1973*, Carnaxide, Edeline, 2000.
- AYASH, Moisés Levy, *O petróleo no espaço português: estudo de mercado*, Lisboa, Secretariado da Presidência do Conselho, 1970.
- FARBER, Stephen B., *Gulf and Angola, Issue: A journal of opinion*, vol. 2, nº 3, 1972
- FRANCO, Manuela (coord.), *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, Fundação Luso-Americana: Instituto Português das Relações Internacionais Universidade Nova, 2006.
- KLIN, John M., *Ethics for international business: decisions making in a global political economy*, Nova Iorque, Routledge, 2010.
- LIEUWEN, Edwin, *Petroleum in Venezuela: a history*, Los Angeles, University of California Press, 1954.
- MARCUM, John, *The politics of indifference: Portugal and Africa, a case study in American foreign policy*, 1972.
- MARTINS, Fernando (ed.), *Diplomacia e Guerra: política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Lisboa, Edições Colibri; Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2001.
- ODELL, Peter R., *O petróleo e o poder mundial*, Lisboa, Editora Odisseia, 1973
- PAÇO, António Simões do, *Portugal é admitido na ONU: 1955*, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008.
- PULIDO, João Garcia e FONSECA, Pedro, *O petróleo e Portugal: o Mundo do petróleo e o seu impacto no nosso país*, Lisboa, Tribuna da História, 2004
- RODRIGUES, J. Caleia, *A geopolítica do petróleo: anatomia dos conflitos: diplomacias, seguranças, soberanias*, Lisboa, Atelier de livros, 2000.

RODRIGUES, Luís Nuno (coord.), *Regimes e império: as relações luso-americanas no século XX*, Lisboa, Fundação Luso Americana, 2006.

ROLLO, Fernanda, *Portugal e a Reconstrução económica do Pós- Guerra: O Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*, Lisboa, Colecção Biblioteca Diplomática do MNE, 2007.

VENTER, Al. J., *The terror fighters*, Cape Town, Purnell, 1969.